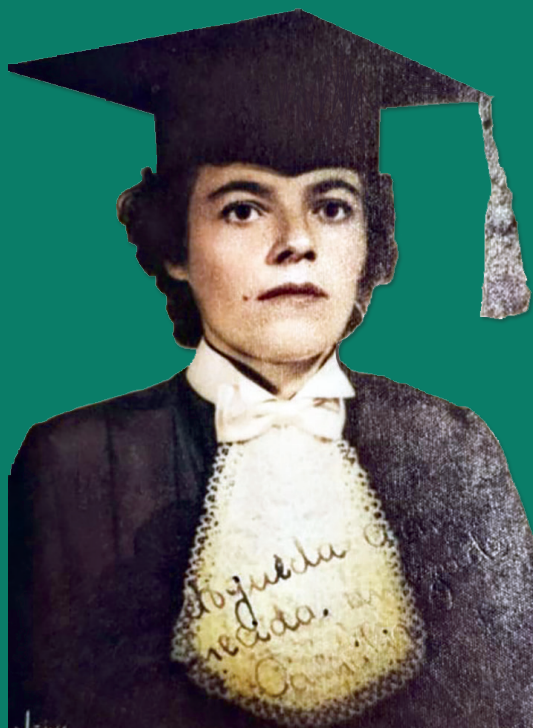


Charlton José dos Santos Machado
Maria Lúcia da Silva Nunes
Juliana Aparecida Lemos Lacet

Maria *Camélia*
Pessoa da Costa

Educação como missão de vida



COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

Editores

Lia Machado Fiuza Fialho | Editora-Chefe
José Albio Moreira Sales
José Gerardo Vasconcelos

CONSELHO EDITORIAL EXTERNO

Conselho Nacional Externo

Charliton José dos Santos Machado, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Emanoel Luiz Roque Soares, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, Universidade Tiradentes, Brasil
Jean Mac Cole Tavares Santos, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Brasil
José Rogério Santana, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Lia Ciomar Macedo de Faria, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil.
Maria Lúcia da Silva Nunes, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Norberto Dallabrida, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil.
Robson Carlos da Silva, Universidade Estadual do Piauí, Brasil
Rosangela Fritsch, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil.
Samara Mendes Araújo Silva, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Shara Jane Holanda Costa Adad, Universidade Federal do Piauí, Brasil

Conselho Internacional

António José Mendes Rodrigues, Universidade de Lisboa, Portugal.
Catherine Murphy, University of Illinois, Estados Unidos da América.
Cristina Maria Coimbra Vieira, Universidade de Coimbra, Portugal.
Dawn Duke, University of Tennessee, Estados Unidos da América.
Hugo Heredia Ponce, Universidad de Cádiz, Espanha.
Nancy Louise Lesko, Columbia University, New York, Estados Unidos da América.
Oresta López Pérez, El Colegio de Michoacán, México.
Ria Lemaire, Universidade de Poitiers, França.
Susana Gavilanes Bravo, Universidade Tecnológica Metropolitana, Chile.
Emilie Zola Kalufuak, Université de Lubumbashi, Haut-Katanga, Congo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR – Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR – Dárcio Ítalo Alves Teixeira

EDITORA DA UECE

COORDENAÇÃO EDITORIAL – Erasmo Miessa Ruiz

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes - Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes - Emanuel Angelo da Rocha Fragoso
Francisco Horacio da Silva Frota - Francisco Josênio Camelo Parente - Gisafran Nazareno Mota Jucá
José Ferreira Nunes - Liduina Farias Almeida da Costa - Lucili Grangeiro Cortez - Luiz Cruz Lima
Manfredo Ramos - Marcelo Gurgel Carlos da Silva - Marcony Silva Cunha - Maria do Socorro Ferreira Osterne
Maria Salete Bessa Jorge - Silvia Maria Nóbrega-Therrien

CONSELHO CONSULTIVO

Antonio Torres Montenegro (UFPE) - Eliane P. Zamith Brito (FGV) - Homero Santiago (USP)
Ieda Maria Alves (USP) - Manuel Domingos Neto (UFF) - Maria do Socorro Silva de Aragão (UFC)
Maria Lírída Callou de Araújo e Mendonça (UNIFOR) - Pierre Salama (Universidade de Paris VIII)
Romeu Gomes (FIOCRUZ) - Túlio Batista Franco (UFF)

Charliton José dos Santos Machado
Maria Lúcia da Silva Nunes
Juliana Aparecida Lemos Lacet

Maria *Camélia*
Pessoa da Costa

Educação como missão de vida



1ª EDIÇÃO
FORTALEZA | CE
2021

**MARIA CAMÉLIA PESSOA DA COSTA:
EDUCAÇÃO COMO MISSÃO DE VIDA**

© 2021 *Copyright by* Charliton José dos Santos Machado, Maria Lúcia da Silva Nunes e Juliana Aparecida Lemos Lacet

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva do autor. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel.: (85) 3101-9893 – Fax: (85) 3101-9893
Internet: www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br



Coordenação Editorial
Erasmu Miessa Ruiz

Projeto Gráfico e Capa
Carlos Alberto Alexandre Dantas
carlosalberto.adantas@gmail.com

Revisão Vernacular e Normalização
Maria Lúcia da Silva Nunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Machado, Charliton José dos Santos

Maria Camélia Pessoa da Costa [livro eletrônico] : educação como missão de vida / Charliton José dos Santos Machado, Maria Lúcia da Silva Nunes, Juliana Aparecida Lemos Lacet. – 1. ed. – Fortaleza, CE : EdUECE, 2021.

PDF

ISBN 978-65-86445-55-8

1. Biografia 2. Costa, Maria Camélia Pessoa da 3. Educação 4. Educadoras - Brasil - Biografia 5. Professores - Formação profissional I. Nunes, Maria Lúcia da Silva. II. Lacet, Juliana Aparecida Lemos. III. Título.

21-55702

CDD-370.92

Índices para catálogo sistemático:

1. Educadoras : Biografia 370.92

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

ANTES DE INICIAR A LEITURA: OS AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa resulta de múltiplas colaborações, apoios e sugestões críticas. Assim sendo, queremos registrar nossos agradecimentos às pessoas que generosamente compartilharam tempo, memórias e informações necessárias à construção desse nosso livro.

À Myria Pessoa que, além de disponibilizar toda a documentação sobre a trajetória de Maria Camélia Pessoa da Costa, colaborou também com ricas imagens e entrevistas sobre a vida cotidiana da educadora.

Ao professor José Pereira Sobrinho que, além de prefaciar o livro, disponibilizou tempo para narrar suas experiências educacionais ao lado de Maria Camélia Pessoa da Costa.

Ao historiador Eliel Soares, que contribuiu nas leituras, citações e esclarecimentos sobre a história educacional, cultural e política de Cuité.

A Carlos Bezerra Cavalcanti, incentivador da história e memória de Cuité, que também colaborou com sua entrevista.

À professora Eliane de Brito Freires Lima, diretora atual do Vidal de Negreiros, pela entrevista sobre o legado de Maria Camélia Pessoa da Costa.



SUMÁRIO

PREFÁCIO - 9

José Pereira Sobrinho

1 REGISTROS DE MEMÓRIAS EDUCACIONAIS - 16

2 ARQUIVOS PESSOAIS DA EDUCADORA - 23

**3 NASCIMENTO DE CAMÉLIA E A SERRA DO CUITÉ NAS
PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX - 27**

**4 ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA DE MARIA CAMÉLIA PESSOA DA
COSTA - 37**

5 FORMAÇÃO NORMALISTA E EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA - 45

**6 DONA CAMÉLIA, A DIRETORA DO GRUPO VIDAL DE
NEGREIROS - 64**

7 PASSOS FINAIS NA GESTÃO ESCOLAR - 87

8 CONSAGRAÇÃO DE UMA CAMINHADA - 98

CONSIDERAÇÕES FINAIS - 110

REFERÊNCIAS - 112



PREFÁCIO

JOSÉ PEREIRA SOBRINHO

Graduação em Licenciatura em Pedagogia – habilitação administração escolar, 1977, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialização em Técnicas Didáticas (CETEB), Brasília, 1984.

Funções Exercidas

Gestor escolar das escolas: Escola Estadual Orlando Venâncio, Escola Técnica Raimundo Asfora, Instituto Educacional de Cuité, Cooperativa Educacional do Curimataú e Colégio Prof. Clóvis Lima.

Outras Funções

Secretário Municipal de Educação de Cuité (PB).

Coordenador do CEPES, Cuité (PB).

Professor das redes estaduais da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Professor de Didática Geral e Estrutura do Ensino Brasileiro.

A stylized, outlined letter 'E' in a light green color, positioned at the start of the first paragraph.

com grande prazer que registro o prefácio do livro Maria Camélia Pessoa da Costa – educação como missão de vida.

Descrever a educadora Camélia Pessoa é recontar a trajetória educacional cuiteense frente às mudanças sociais e políticas nas reformas educacionais dos anos 1961, 1971 e 1994.

Trata-se de uma cuiteense que, enfrentando as dificuldades, assumiu muito jovem a responsabilidade da sobrevivência financeira de sua mãe e seus irmãos.

Conhecida pela postura e posições pessoais rígidas, impunha aos seus subordinados muito respeito e disciplina, que coincidiam com a educação familiar da época, mediante o apoio indiscutível dos pais, que lhe confiavam a educação de seus filhos.

Dedicando mais da metade de sua existência à educação de crianças e jovens, exerceu a docência e a gestão escolar com dedicação e honestidade profissional, tornando-se entre tantos um referencial humano digno de respeito e exemplo a ser seguido pelos educadores contemporâneos.

Com esta obra, acrescentamos à história do município de Cuité mais um registro de uma mulher que revolucionou sua época, sendo exemplo de educadora para todos cuiteenses.

Por fim, sou grato aos professores Charliton José dos Santos Machado, Maria Lúcia da Silva Nunes e Juliana Aparecida Lemos Lacet por construírem este livro, que eternizará a memória da educação cuiteense.

José Pereira Sobrinho

15 de maio de 2020.



“[...] Minha escola primária, fostes meu ponto de partida, dei voltas ao mundo. Criei meus mundos... Minha escola primária. Minha Memória reverencia minha velha mestra [...]” (CORALINA, 2013, p. 129).



MARIA CAMÉLIA PESSOA DA COSTA: EDUCAÇÃO COMO MISSÃO DE VIDA

CHARLITON JOSÉ DOS SANTOS MACHADO

Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Lotado no Departamento de Metodologia da Educação - DME no Centro de Educação/CE. Pós-Doutorado em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/2009). Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/2001). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB/1997). Licenciado em Ciências Sociais (UFPB/1994). Professor com atuação permanente nos seguintes Programas de Pós-Graduação: Educação (PPGE) e Sociologia (PPGS), ambos da UFPB, atuando como orientador (Mestrado e Doutorado), principalmente nos seguintes temas: Educação, História, Cultura e Gênero. Supervisionou pós-doutorados de professores de diversas universidades brasileiras (entre as quais UFC, UECE, UFRB, UFRR, UFCG, UEPI). É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) PQ1-D. Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), desde a fundação, em 1999. Membro do Comitê de Assessoramento de Educação (CA-ED) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e docente pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas “História da Educação da Paraíba” (HISTEDBR/GT-PB), desde 2005. Autor e coautor de vários livros e artigos em periódicos nacionais e internacionais.

Email: charliltonlara97@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4768-8725>

MARIA LÚCIA DA SILVA NUNES

Graduada em Pedagogia e Letras (UFPB); mestre em Letras (UFPB), doutora em educação (UFRN); membro do grupo de pesquisa HISTEDBR-PB.

Email: mlsnunesml@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9839-2756>

JULIANA APARECIDA LEMOS LACET

Graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e Mestrado em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente se dedica à pesquisas na área de Feminismos e História da Educação no início do século XX, no Brasil e em Portugal.

Email: julianalacet@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4011-4646>

1 REGISTROS DE MEMÓRIAS EDUCACIONAIS

Nos últimos anos temos nos dedicado a investigar testemunhos e registros silenciados de memórias, em particular, as memórias de educadores e educadoras de vida comum, objetivando visibilizar, para melhor compreender em suas trajetórias, marcas, registros e contribuições à sociedade a partir do significado das experiências pessoais e profissionais em diferentes e sucessivas fases na História da Educação brasileira do século XX. (MACHADO, NUNES e MENEZES, 2009).

Através das pesquisas e orientações de iniciação científica, mestrado, doutorado e das supervisões de pós-doutorado, fomos levados/as a conhecer muitas professoras, rompendo assim cortinas de um persistente silenciamento nos meios acadêmicos acerca das suas efetivas práticas educacionais e, por conseguinte, suas contribuições à história da educação brasileira, em diferentes contextos e transformações nos espaços de atuação ao longo do século XX¹

Em decorrência desse conhecimento, impôs-se ao nosso grupo de estudos e pesquisas “História, Socie-

¹ Os projetos de pesquisa Educação e educadoras na Paraíba do século XX e Quando as mulheres escrevem..., coordenados por Charliton José dos Santos Machado e Maria Lúcia da Silva Nunes, respectivamente, têm, nessas primeiras décadas do século XXI, contribuído para combater esse silenciamento levantando fontes que originaram vários textos, - artigos, comunicações e livros -, destacando mulheres e educadoras a partir de suas práticas educativas, sociais e culturais. A pesquisa vigente tem como título “Educação e educadoras na Paraíba do século XX: escrita e leitura na República em ascensão (1930-1937)” e tem o apoio do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq), com a Bolsa de Produtividade em Pesquisa PQ (ID).

dade e Educação no Brasil” – HISTEDBR², na Linha de Pesquisa “História Intelectual, e dos Intelectuais, (auto) Biografias e Estudos de Gênero”, a necessidade de vasculhar e interrogar o próprio passado, evidenciando que o silêncio é, antes de tudo, mais político e ideológico, do que metodológico e documental, como preconiza a historiadora Michelle Perrot (2008), ao reivindicar uma história das mulheres. Ou como afirma a estudiosa Rachel Soihet (1989), ao também evidenciar que, ao longo da história do século XX, as mulheres viveram histórias e muitas experiências, mas não fizeram parte de uma certa história oficial, construída e compartilhada nos ambientes acadêmicos, educacionais e, de resto, nas consagradas instituições de poder da sociedade que, em regra, denegaram o reconhecimento de sua identidade social e política.

Ao privilegiarmos as mulheres educadoras, as professoras, como sujeitos de nossas investigações, nestas últimas duas décadas, diligenciamos tanto conhecer seus percursos formativos e profissionais quanto colaborarmos para despertar a importância de preservar essas memórias, com a perspectiva de acessarmos elementos da história da educação e, particularmente, a história das práticas e dos saberes docentes, do magistério, da profissionalização do ser professor/a. Visando também compreender como ações individuais, de outrora, no âmbito de uma vivência do ofício professoral, reverberam no presente e apontam elementos para compreendermos a atividade docente como resultado da coletividade.

² O HISTEDBR - GT/PB foi criado em 1992, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Nesse sentido, concordamos com Vidal e Vicentini (2019) quando destacam a importância e o objetivo em relação às biografias de professoras que produziram:

Esta talvez seja a ambição maior deste livro: desvelar trajetórias de mulheres professoras do passado, perscrutando suas táticas de sobrevivência na profissão e as maneiras como atribuíram significado à experiência feminina no magistério. E, assim, servir de alerta para a necessidade de ações individuais e coletivas de preservação da memória docente e de expressão deste trabalho cotidiano, por vezes, invisível, mas de grande impacto, que paradoxalmente tem cada vez menos prestígio social. (VIDAL; VICENTINI, 2019, p. 43).

E foi nessa perspectiva de investigação de um passado educacional silenciado que nos colocamos ao desafio de também perscrutar e conhecer um pouco da história de vida e profissão de **Maria Camélia Pessoa da Costa**, educadora cuitense e personagem que se notabilizou na memória de muitas gerações, principalmente por seu papel exercido durante 38 anos à frente da administração do tradicional Grupo Escolar André Vidal de Negreiros³, renomada instituição pública de ensino na cidade Cuité, no no curimataú paraibano.

Nesse sentido, este estudo seguiu uma perspectiva metodológica de construção de uma narrativa bio-

³ O nome da escola homenageia André Vidal de Negreiros, paraibano, nascido em Santa Rita, em 1606 e falecido em Goiana, em 1680. Líder da Era Colonial do Brasil, comandou as tropas do norte na luta pela expulsão dos invasores holandeses, por garantia da unidade territorial do Brasil. Vitorioso, é nomeado governador do Estado do Maranhão e, posteriormente da Capitania de Pernambuco. Por missão portuguesa também foi administrador da Angola. Seus restos mortais encontram-se depositados na Igreja dos Prazeres, em Jaboatão de Guararapes.

gráfica, por conseguinte, desvelando alguns caminhos da trajetória da referida educadora entre muitas outras histórias que poderiam ser contadas e escritas (GILL, 2015), quando tomadas como objetos de problematizações de pesquisas no campo da história da educação brasileira do século XX.

E, nessa desafiadora incursão de “mergulho na alma” da referida educadora cuiteense, buscamos selecionar na documentação analisada (documentos oficiais, fotografias, anotações pessoais, escrita de cronologia pessoal etc.), disponibilizada por amigos e familiares, aquilo que nos pareceu mais significativo em sua trajetória profissional, algo que não nos isentou das dificuldades enfrentadas, pois, como indica Borges:

O mais sério desafio do historiador ao narrar uma vida é trabalhar, ao mesmo tempo, com a cronologia linear (que parece ter uma única direção) e com o percurso de vida que não é linear. (BORGES, 2006, p. 224)

Assim, seguimos os caminhos de uma operação biográfica focada na interpretação dos diferentes contextos em que viveu a educadora Maria Camélia Pessoa da Costa, buscando incontáveis formas de se enxergar, além dela e das suas práticas, outras pessoas, relações e trajetórias que, certamente se entrecruzam, como num complexo jogo de espelhos. (DUARTE DE SÁ, 2019).

Destarte, esta pesquisa de dimensão biográfica, encontra-se situada no campo de abordagem teórico-metodológica da Nova História Cultural, à medida que esta também desloca sua atenção para novas formas de leituras da História da Educação e da História das Mu-

lheres comuns, a exemplo da referida educadora, preocupando-se com suas práticas culturais, vivências e experiências com o mundo. Dentro dessa perspectiva, lembra-nos Roger Chartier (1990, p. 27) que:

A história cultural pode ser definida como, por um lado: a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. [...] Por outro lado, esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. [...] dirige-se às práticas que pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo.

Nesse entendimento, biografar um sujeito favorece a leitura não apenas de uma individualidade, mas nos leva a adentrar os espaços e tempos em que essa pessoa se constituiu; composição que se faz pluralmente, em convívios, partilhas, embates, diálogos, ações conjuntas. Conhecer facetas de uma pessoa (Nenhuma biografia dá conta do relato inteiro de uma vida.) é perceber e ler outras realidades e o modo como sujeitos diversos constituíram-nas e foram por elas constituídos. Como assevera Dosse⁴ (2015, p. 375):

⁴ Na passagem específica, Dosse (2015) refere-se a biografias de intelectuais e o modo como suas obras são lidas, colaborando para se entender o sujeito biografado. Não estamos, aqui, requerendo para d. Camélia o título de intelectual, mas fazendo uma releitura do que disse Dosse, por compreendermos que qualquer sujeito, considerado intelectual ou não, constrói-se na coletividade e o modo como suas ações são lidas/entendidas/ rememoradas depende das relações estabelecidas, não apenas entre o/a biografado e o/a biógrafo/a, mas também entre o/a biografado e seus/suas contemporâneos/as. Como cada um/a guarda na memória as ações vividas pelo/a biografado? Ou

[...] o significado de uma vida nunca é unívoco, só pode declinar-se no plural, não apenas pelo fato de as mudanças que a travessia do tempo implica, mas também pela importância a conceder à recepção do biografado e de sua obra que é correlativa do momento considerado e do meio que deles se apropria.

E, nesse campo de abordagem, coube-nos a tarefa de compreender, mesmo de forma parcial, as relações de cunho pessoal e as práticas educacionais de Maria Camélia Pessoa da Costa em sua convivência cotidiana, nos mundos privado e público, bem como, seu protagonismo, participação e presença marcante nos acontecimentos mais amplos da sociedade e numa dada época da história educacional de Cuité, da Paraíba e do Brasil, em permanente transformação. (MACHADO, 2010).

Maria Camélia Pessoa da Costa, ou simplesmente, Dona Camélia, como assim era conhecida e ainda hoje é lembrada a rigorosa diretora do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros⁵, teve uma presença muito marcante na vida educacional da cidade de Cuité na segunda metade da história do século XX, particularmente entre

as ações compartilhadas com aquele sujeito que ora se rememora? Ou as ações apenas observadas? Ou ainda: o que o/a biografado/a deixou intencionalmente como registro de sua vida?

⁵ Atualmente, Escola Estadual de Ensino Fundamental André Vidal de Negreiros, embora preserve em seu frontispício a 1ª denominação, foi criada pelo Decreto nº. 337 de 22 de dezembro de 1942 com o nome de Grupo Escolar Vidal de Negreiros na administração do então interventor federal Rui Carneiro. Primeira escola pública no município de Cuité, situa-se à Rua Caetano Dantas, sob número 222, na região central da cidade, mantendo a arquitetura original. Inicialmente oferecia apenas o ensino primário, passando a partir de 2009 a disponibilizar todo o ensino fundamental regular, além da modalidade EJA. Cf. <https://vidaldenegreiros.wixsite.com/novidal>. Acesso em 22/04/2020.

os anos de 1947, quando iniciou sua vida docente no Sítio Imbé e na zona rural do então distrito de Barra de Santa Rosa, atuando como docente no processo de alfabetização de pessoas adultas, ao momento em que foi exonerada⁶ das funções administrativas, já como aposentada e exercendo novamente as funções de diretora, neste momento, da Escola Municipal José Américo de Almeida, em outubro de 2000.

Portanto, para nós foi um processo desafiador transformar essa longa e complexa experiência de vida educacional em algumas páginas escritas, fazendo emergir a narrativa de uma trajetória, ora individual, ora coletiva, marcada por reconstruções e ressignificações, e envolvendo outros tantos personagens da história da educação de Cuité.

⁶ Segundo os registros deixados pela referida educadora como escritos de sua cronologia, a exoneração do cargo público de diretora escolar ocorreu tão somente como um ato de evidente perseguição política, expediente comum após as acirradas disputas partidárias locais, em relação aos que não seguiram e nem apoiaram o projeto de reeleição do então governante municipal que foi reeleito naquele pleito de 2000.

2 ARQUIVOS PESSOAIS DA EDUCADORA

Em maio de 2019, o Grupo de Estudos e Pesquisas “História Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEBR-GT/PB, após alguns contatos, recebeu das mãos de Myria Pessoa, sobrinha de Maria Camélia Pessoa da Costa, uma pasta contendo diversos documentos (texto de cronologia de sua elaboração, fotografias, diplomas, atas, nomeações, convites, anotações, textos de homenagens, recortes de jornais etc.). Segundo expressão da citada sobrinha no ato da entrega: “a vida dela toda está aqui nesta pasta, tudo mesmo”. (PESSOA, 2019).

A referência que faz a referida sobrinha a essa pasta de documentos, como tendo registros de “toda uma vida” da formação de Maria Camélia Pessoa da Costa, corrobora com a compreensão de Mignot (2000), para quem o ato de guardar a vida em papéis obedece, de alguma maneira, a um projeto autobiográfico. Não à toa, muitas vezes são cuidadosamente preservados, como uma “prática de construção de si mesmo e de resistência” (MIGNOT, 2000, p. 126). Ou seja, registros e testemunhos singulares de um tempo ou tempos diversos e que nos fazem refletir sobre cada contexto, intimamente ligado à trajetória de quem os acumulou (CAMPOS, 2017), no caso, a própria educadora aqui biografada.

Em se tratando da perspectiva da História da Educação, devido ao fato de que a grande maioria das mulheres tem sido constantemente excluída dos arquivos oficiais, segundo Magda Chamon (2005), faz-se necessário também perscrutar as fontes privadas, tais como textos autobiográficos, diários pessoais, documentos de

formação, reminiscências cronológicas, trabalhos literários, cartas pessoais e fontes orais:

Tais fontes possibilitam uma maior compreensão das dimensões privadas formais e informais da educação – nas relações parentais, nas associações, nas escolas e na sociedade em geral. (CHAMON, 2005, p. 17).

Nesse sentido, a tarefa inicial do grupo foi fazer uma leitura atenta da valiosa documentação que ainda se encontra bem preservada, considerando que alguns destes “guardados” já contam com mais de 60 anos e são reveladores de tempos e momentos individuais, quanto coletivos, indicando a efetiva necessidade de compreendê-los em cada contexto histórico. De acordo com Rodrigues e França (2010, p. 62):

As palavras não podem ser interpretadas fora do contexto em que foram produzidas, pois as imprecisões do documento retratam os interesses de quem produziu [...] Na pesquisa, é sempre bom ter uma dose de paciência para se evitar conclusões precipitadas.

Numa ação metodológica, também organizamos a documentação seguindo a ordem histórica e cronológica elaborada pela própria educadora pesquisada. Com essa preocupação preliminar fomos caracterizando cada uma das fontes disponibilizadas, na tentativa de estabelecer critérios de escolhas para melhor compreender cada momento da trajetória educacional de Maria Camélia Pessoa da Costa, algo que nos possibilitou construir núcleos narrativos e significados dados por Camélia a sua “missão” profissional em diversos con-

textos: dados familiares, alfabetização, escolarização primária, inserção na docência nos níveis de alfabetização de adultos, e primário, formação normalista, estudos secundários complementares, formação superior, cargos administrativos etc..

A tarefa seguinte foi caracterizar cada um destes “guardados” de Maria Camélia Pessoa da Costa como documentos encobertos pelo silenciamento histórico da atmosfera do tempo familiar. Ou seja, velhos papéis guardados, logo, segundo Prochasson (1998, p. 105), pertencentes aos domínios de arquivos privados que “pendem para o lado da intimidade, na medida em que não foram chamados, no momento de sua elaboração, a atingir um nível de oficialidade ou de notoriedade”.

Partindo dessa compreensão, entendemos que o arquivo de domínio privado é, em grande maneira, uma forma de assegurar o lugar de um indivíduo no presente e futuro, uma escrita de si, histórias que as pessoas contam de si mesmas, como condição necessária de autoarquivamento da própria memória, através de diários, cartas íntimas, poemas não publicados, escritos rabiscados em livros, cadernos velhos de anotações, recortes de jornais, documentos oficiais etc. (ARTIÈRES, 2013).

Ou seja, pode-se dizer que o arquivo de domínio privado é uma elaboração que, com ou sem intento deliberado, permanece para vencer o tempo em dimensões (auto)biográficas, haja vista que conta muitas histórias e permite também muitas interpretações de *si* e dos *outros*, nos espaços de convivência pública ou privada. (TRAVANCAS, 2013).

Ainda tratando da documentação aqui caracterizada como de domínio privado, Bacellar (2006, p. 46-47) reforça que no Brasil:

[...] não há uma prática corriqueira de preservação documental privada, e as notícias de destruição de importantes conjuntos documentais infelizmente não são raras [...] Muita da documentação, no entanto, permanece nas mãos de famílias ou de empresas (ou acaba destruída por herdeiros desinteressados). Cabe ao historiador investigar e localizar onde estão preservados, sob a guarda de quem, e buscar contatos para ter acesso a esses acervos tão preciosos.

Portanto, caracterizada a documentação e cumpridas tais tarefas preliminares de pesquisa, passou-se ao momento de submetê-la a uma rigorosa análise do seu conteúdo, buscando nas entrelinhas dos “guardados” os registros de memórias de um tempo vivenciado por Maria Camélia Pessoa da Costa e, buscando nestes possíveis revelações, reflexões ou leituras pessoais acerca dos acontecimentos históricos de sua época em cada momento de sua atuação como educadora do século XX.

3 NASCIMENTO DE CAMÉLIA E A SERRA DO CUITÉ NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Maria Camélia Pessoa da Costa nasceu na Serra do Cuité⁷, numa manhã do dia 05 de março de 1927, há 93 anos, no contexto da Primeira República, quando a referida comunidade, localizada no topo da serra, ainda era uma pequena vila e estava sob a ordem administrativa municipal da Comarca de Picuí.

Na época em que Camélia veio ao mundo, a Serra do Cuité, apesar de pequenina e esquecida pelos poderes públicos regionais, segundo narra em obra o Padre Luiz Santiago⁸, já apontava alguns indicativos de vocação ao progresso econômico e social:

As suas 485 casas de telha dão-lhe um aspecto citadino. Tem mais 2 dois sobrados que foram, um a residência do vigário e o outro o Conselho Municipal o qual agora tornara ao seu destino. Tem 129 mucambos e 28 casas de bom estilo em construção. Tem 2 fábricas de sabão, uma de rede, 4

⁷ Segundo o Padre Luiz Santiago: “A palavra Cuité é indígena, significando cuiá, vasilha, gamela, côcho, vaso. Compõe-se de dois elementos: cui e eté. Cui é vasilha e eté grande, real e também ilustre”. (SANTIANO, 1936, p. 02).

⁸ Autor da obra “Serra do Cuité: sua história, seus progressos, suas possibilidades”, de 1936, Luiz Santiago de Moura nasceu em 25 de Agosto de 1897, no sítio Meia-pataca, na povoação de Lagoa do Remígio, cidade de Areia, estando hoje nos domínios municipais de Remígio/PB. Filho do casal Delfim Izidro de Moura e Antônia de Andrade Santiago, o pequeno Luiz seguia à risca a doutrina religiosa familiar. Sua vida clerical inicia-se aos 21 anos, quando é encaminhado ao seminário, permanecendo por uma década cursando filosofia teológica ginasial. Aos 31 anos, é ordenado padre (em 1928), por Dom Aduino Aurélio, e nomeado para a freguesia de Cuité (1929), em lugar do Monsenhor José Tibúrcio. Faleceu em 1989, aos 91 anos de idade, na Fazenda Ubaia do Município de Barra de Santa Rosa/PB.

padarias sendo 2 a motor; 4 sapatarias; 2 alfaiatarias; 4 atelier de costura, cujas modistas são moças diplomadas; e muitas outras fábricas que a memória falha. Há 3 hotéis bem confortáveis, 2 aulas públicas, 1 paroquial, 3 particulares diurnas e 1 noturna do sexo masculino [...] A população urbana é de 2 mil almas. (SANTIAGO, 1936, p. 14).

Padre Luiz Santiago também destaca, em sua memorável obra “Serra do Cuité: sua história, seus progressos, suas possibilidades”, a vocação econômica rural da Serra do Cuité, com a expansão e modernização das casas de farinha movidas a motor e seus respectivos proprietários, a partir dos anos de 1930:

As fábricas de farinha movidas a máquina em vigos, chegadas ao meu conhecimento [...] são as seguintes: a de Pedro Viana, a de Ezequias Fonseca, 2 de João Teodósio, a de Basílio M. da Fonseca, a de Benedito Bruno, a de Justino Alves, a de José Palmeira, a de Pedro Medeiros, a de Cel. Alonso Bezerra, a de João Evaristo, a de Felinto Cassiano, a de José Batista, a de Manoel Sabino, a de Germano Cardoso, a de Severino Lúcio, a de Manoel Pedro, a de Manoel Marcolino, a de Manoel Pacifico, a de Antônio de Sousa, a de Francisco Velho, a de José Antero, a de José Clementino, a de José Marcelino, a de Sebastião Tertuliano da Silva, a de Manoel Inácio, a de Francisco Salustiano, a de Cecílio Garcia, a de José Francisco. (SANTIAGO, 1936, p. 27).

Discorrendo também sobre a realidade interiorana da Serra do Cuité naquele contexto, Ivan Lira de Carvalho destaca traços da pacata vida social e econômica da cidade:

[...] era compatível com as das demais cidades interioresanas da Paraíba daquele tamanho (Areia, Bananeiras, Alagoa do Monteiro, Alagoa Grande, Itabaiana...). Agricultura sem tecnologia. Pecuária intensiva. Serviços públicos reduzidos. Meios de transportes precários, especialmente nas cidades serranas, sem expectativa da chegada da linha férrea e sem um número de automóveis compatíveis para ligá-las à Capital. (CARVALHO, 2019, p. 136).

Figura 1 – Igreja da Serra do Cuité, entre os anos de 1920-1930.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

Por sua vez, a realidade de “progresso econômico”, evidenciada pelo Padre Luiz Santiago, era politicamente minimizada pelos interesses regionais que, conseqüentemente, em face da Lei nº 212, mantivera a vila da Serra do Cuité sob a administração da Comarca de Picuí, desde o dia 29 de outubro de 1904, apesar dos esforços em prol da autonomia despendidos por al-

guns líderes políticos locais. Nas primeiras décadas da Primeira República, Álvaro Machado exerceu por vinte anos o poder na província da Parahyba, tendo o comando supremo das decisões políticas. Foi assim que, sob a sua liderança incontestável, fez Walfredo Leal⁹ presidente da província, impedindo a ascensão do jovem aliado Antônio Simeão dos Santos Leal, que havia sido juiz da Serra do Cuité, em 1900, e já despontava como nome de renovação dentro das forças oligárquicas.¹⁰ Essa crise ocorrida na base alvarista refletiu-se também na Serra do Cuité, segundo discorre o Padre Luiz Santiago:

[...] o Partido Político de Cuité [...] fracionou-se em 2 partidos, cujos os chefes foram Capt.[sic] Anacleto da Costa Pereira¹¹, que acompanhava o governo, e o Capt. João Venâncio dos Santos¹², que acompanhava o partido decaído do Dr. Simeão dos Santos Leal. (SANTIAGO, 1936, p. 06).

No entanto, essa condição institucional seria alterada após trinta e três anos, quando em 25 de janeiro

⁹ No campo desse conflito, existem pelo menos duas versões. Porém, as duas reconhecem que o conflito que resultou na Lei nº 212, impondo à vila da Serra do Cuité a subserviência da administração à Comarca de Picuí, em 29 de outubro de 1904, foi desencadeada pela disputa política entre os líderes locais, Cap. Anacleto da Costa Pereira e Cap. João Venâncio dos Santos.

¹⁰ Antônio Simeão dos Santos Leal nasceu em Areia/PB, a 11 de maio de 1874 e faleceu no Rio de Janeiro, a 14 de novembro de 1921. Formou-se em Direito, em 1896, pela Faculdade do Recife.

¹¹ Segundo o Padre Luiz Santiago, o Capitão Anacleto da Costa Pereira notabilizou-se como líder local no antigo regime, mas foi um dos principais entusiastas das ideias propugnadas pelos republicanos e agitou a cidade após a Proclamação ocorrida em 15 de novembro de 1889.

¹² João Venâncio da Fonseca nasceu no dia 25 de novembro de 1846. Foi líder político e aliado do Deputado Simeão Leal. Pai de Jeremias Venâncio dos Santos, sucessor político e deputado.

de 1937, a Serra do Cuité ganharia a tão reivindicada emancipação política, ascendendo à condição de município do território brasileiro e, posteriormente, a sua Comarca, em 10 de abril de 1940, durante o Estado Novo.

Essa luta histórica em prol da emancipação política contou com o apoio do então interventor federal na Paraíba, o campinense Argemiro de Figueiredo¹³, a partir do pleito de aliados locais, a exemplo do líder político local, Jeremias Venâncio dos Santos¹⁴. Em capítulo sobre a história política da cidade nesse contexto, o historiador Eliel Soares assim resume aquele período de dez anos:

Em 25 de janeiro de 1937, Cuité ganha sua Emancipação Política [...] Durante o período de 1937 a 1947, os prefeitos que governaram Cuité num total de 14, foram todos nomeados pelos Intervenores Federais em nosso Estado. (SOARES, 2020, p. 32).

Em 1947, com a redemocratização do Brasil e o fim da Era Vargas e, por conseguinte, do Estado Novo, após

¹³Nascido em Campina Grande, seu reduto eleitoral, foi governador eleito e interventor federal, entre 21 de janeiro de 1935 a 29 de julho de 1940. Entre as suas principais realizações, duplicou a produção de algodão do estado e diversificou a produção agrícola, mecanizou a lavoura e estabeleceu parcerias com pequenos agricultores de todo o estado. Foi eleito deputado federal na Assembleia Constituinte de 1946, e foi um dos 21 membros responsáveis pela elaboração do texto constitucional. Em 1954 foi eleito senador pela UDN assumindo a vaga de Assis Chateaubriand. Reeleito senador em 1962, passou pelo PTB e filiou-se ao MDB após o Golpe Militar de 1964 onde permaneceu até o fim do mandato em 1970.

¹⁴Jeremias Venâncio dos Santos nasceu em Cuité, na fazenda “Marimbondo”, aos 18 de outubro de 1878, e faleceu também em Cuité, a 13 de maio de 1976. Foi proprietário rural, criador de gado e comerciante. Na política liderou um agrupamento partidário, tendo sido prefeito nomeado de Cuité e deputado estadual.

sucessivas nomeações políticas, a Serra do Cuité finalmente elegeria pelo voto direto e secreto o proprietário rural Basílio Magno da Fonseca¹⁵, empossado como prefeito constitucional da cidade e que governaria o município até o ano de 1951, quando assumiria o comando do poder municipal o adversário político e fazendeiro Pedro Simões Pimenta¹⁶. (SOARES, 2020).

Todavia, como se pode historicamente observar, a citada emancipação não alteraria o jogo de forças políticas travadas entre as elites locais, posto que continuariam a exercer forte influência em Cuité durante todo o século XX. Exemplo disso foram os constantes revezamentos das famílias tradicionais no poder na cidade, como demonstra Valesca Cavalcanti em sua tese de doutorado:

As famílias da Costa Pereira, Venâncio dos Santos, Furtado, Fonseca e Simões compoem a elite de Cuité (PB) no final do século XIX e ao longo do Século XX e XXI, com influência tanto na vida pública quanto na vida privada e, sobretudo, ao ocuparem, simultaneamente, posições dominantes em diferentes setores econômico, político, social, administrativo e cultural do município durante várias décadas. (CAVALCANTI, 2018, p. 23).

Foi nesse cenário de transição local que nasceu Maria Camélia Pessoa da Costa, filha de Manoel Pom-

¹⁵ Basílio Magno da Fonseca nasceu em Cuité no dia 14 de junho de 1884 e faleceu na mesma cidade, em 09 de janeiro de 1980. Era proprietário rural. Foi vereador e prefeito nomeado de Picuí por cerca de três meses. E foi o primeiro prefeito eleito de Cuité, em 1947.

¹⁶ Pedro Simões Pimenta nasceu no Sítio Malhada da Cruz, município de Cuité, no dia 1º de agosto de 1896 e faleceu na mesma cidade, em 25 de abril de 1989, aos 92 anos. Foi o segundo prefeito eleito da cidade, comandando o PSD, e governou de 1951 a 1955.

peu da Costa e de Maria Lica da Costa. Era a terceira dos quatro irmãos de uma família de tradição rural e vida muito modesta. Eram seus irmãos: Onélia Pessoa da Costa, Severino Ramos Pessoa da Costa e Helena Suzana Pessoa da Costa Ferreira¹⁷. Com esta última Camélia conviveu e compartilhou a vida cotidiana e profissional até os últimos dias de sua existência.

Apesar de viver modestamente, em Cuité, a família de Camélia passava por grandes dificuldades materiais, haja vista o patriarca Manoel Pompeu da Costa, além de não ter um trabalho regular, era viciado em jogos de azar, passava dias e noites no mundo da jogatina e nas mesas de aposta no cassino, algo muito presente na vida de alguns homens daquela pequena vila, que repercutia negativamente no cumprimento de responsabilidades mínimas como chefe de casa e provedor da família.¹⁸

Manoel Pompeu da Costa faleceu quando Camélia tinha pouco mais de dois anos de idade, deixando para a esposa, Maria Lica da Costa, a responsabilidade de cuidar e prover as condições dos seus quatro filhos pequenos.

Viúva ainda muito jovem, Maria Lica da Costa teve que enfrentar inúmeras dificuldades para cuidar do sustento da família, tendo que receber dos parentes mais próximos o apoio mínimo necessário nessa difícil missão materna solitária, considerando o quão complicado era naquela época para uma mulher jovem ocupar o papel de chefe de família e provedora de quatro filhos.

¹⁷Todos já falecidos.

¹⁸Segundo depoimentos de parentes próximos de Maria Camélia Pessoa, entre eles, Myria Pessoa e José Pereira Sobrinho.

Maria Lica da Costa era irmã unilateral consanguínea de Pedro Viana da Costa, grande proprietário de terras e importante nome na elite do poder local, tendo sido ele o primeiro prefeito nomeado da cidade de Cuiaté após a tão propalada luta por emancipação política do município, ficando no cargo por pouco mais de seis meses, no ano de 1937, seguido por João Venâncio da Fonseca que ficaria no mesmo cargo até agosto de 1939. (SOARES, 2020). Sobre Pedro Viana assim se referiu o sobrinho neto, José Pereira Sobrinho:

Pedro Viana era um homem de bom coração, ninguém tinha raiva dele, sempre ajudou aos que mais precisavam dele e não podia ser diferente com a sua irmã, a quem apoiou até os últimos dias de sua vida. Fez doações de terras ao poder público municipal e ajudou a desenvolver o espaço público da cidade. (PEREIRA SOBRINHO, 2020).

Figura 2 – Maria Lica da Costa, anos de 1970.



Fonte: Arquivo pessoal de Myria Pessoa.

Assim, segundo relatos familiares, mesmo tendo sido contemplada na relação dos herdeiros do irmão Pedro Viana da Costa e fazendo parte de uma linhagem familiar da elite política rural de Cuité, Dona Maria Lica da Costa nunca teve qualquer ascensão social e econômica em vida¹⁹. Da herança do irmão lhe restou uma modesta moradia, localizada na Rua João Pessoa, Centro de Cuité, onde criou os seus quatro filhos e viveu até o início dos anos de 1980.

Figura 3 - Pedro Viana da Costa, s/d.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

Como viúva, entre os principais desafios que estavam colocados ao horizonte de Maria Lica da Costa, era,

¹⁹O inventário de Pedro Viana da Costa foi assinado em 09 de abril de 1948, pelo advogado Rivaldo Fonsêca. Nele constam os nomes de 42 herdeiros, entre irmãos e sobrinhos. Documento de Inventário citado na Tese de Doutorado “Família, política e propriedade fundiária: os dilemas da herança entre membros da elite no município de Cuité (PB)”, de Valesca Marques Cavalcanti, defendida na UFCG, em 2018.

sem dúvida alguma, assegurar a formação escolar dos quatro filhos pequenos, dada a precariedade enfrentada no Brasil nos primórdios do século XX, particularmente, em relação ao direito de acesso ao ensino das crianças mais pobres nas pequenas e médias cidades²⁰.

Não é à toa que, em sua primeira Mensagem Presidencial, em 1933, o governo provisório de Getúlio Vargas refletia sobre essa realidade educacional e indicava o abandono histórico das pequenas cidades do país, “completamente esquecidas” em sua oferta no nível do ensino primário e longe de satisfazer as necessidades de uma população dispersa em uma grande extensão territorial, estimada na época em cerca de 35 milhões de habitantes. (BRASIL, 1933, p. 123).

Os esforços de Maria Lica da Costa resultaram na alfabetização dos quatro filhos. Duas seguiram na formação escolar, Camélia e Helena. A filha mais velha, Onélia Pessoa da Costa, consagrou matrimônio com José Rodrigues, migrando com o esposo para Brasília, nos tempos de edificação daquela capital do Brasil e das ofertas de emprego e oportunidades de trabalho. O único irmão, Severino Ramos Pessoa da Costa, ainda muito jovem, foi embora de Cuité em busca da sobrevivência, manteve-se distante e com raros contatos com a família, até a sua morte.

²⁰De 1891 a 1930, o ensino primário ficou sob a responsabilidade direta dos governos estaduais e municipais, apesar do governo federal traçar os rumos gerais a serem seguidos.

4 ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA DE MARIA CAMÉLIA PESSOA DA COSTA

Apesar das dificuldades, dada a escassez da oferta escolar e da discriminação em relação à escolarização das mulheres, das diversas camadas sociais, a menina Maria Camélia Pessoa da Costa, como era comum à época, vivenciou a alfabetização de acesso ao ensino das primeiras letras nos moldes da educação realizada em espaços residenciais, muitas vezes sob a orientação de agentes públicos, destinando oficialmente um pró-labore para professores e professoras no exercício das funções pedagógicas. Segundo o professor José Pereira Sobrinho:

Ela foi alfabetizada numa casa, com acompanhamento de uma professora, como era comum naquela época, quando ainda não existiam em Cuité escolas de alfabetização para as crianças. Isso só veio ocorrer quando foi criado em Cuité o Vidal de Negreiros, em 1942. (PEREIRA SOBRI-NHO, 2020).

Posteriormente Maria Camélia foi matriculada no Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, em Cuité, instituição criada sob os auspícios das demandas da renovação, modernização e expansão educacional do Brasil, em substituição ao modelo tradicional que predominou até o contexto da “Era das Cadeiras Isoladas”, na transição dos séculos XIX e XX. (PINHEIRO, 2002).

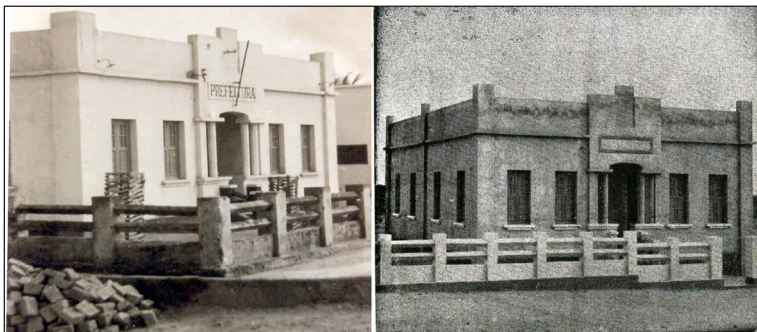
Seguindo o apelo da modernização educacional da Paraíba, o Grupo Escolar André Vidal de Negreiros foi instalado no antigo prédio onde havia funcionado a

Prefeitura Municipal de Cuité e cedido em 1942 ao estado para que pudesse organizar a referida instituição, atendendo assim as novas exigências da expansão escolar no município.

O prédio era muito simples em toda sua estrutura arquitetônica, considerando os padrões escolares edificados nos grandes centros urbanos naquela época. Desse modo, exigiu dos poderes públicos municipal e estadual, que fossem realizadas algumas adaptações para atender as novas demandas de funcionamento.

Sendo assim, o Grupo Escolar André Vidal de Negreiros foi inaugurado durante a gestão do interventor federal, Rui Carneiro²¹, pelo decreto nº 337 de 22 de dezembro de 1942, e decreto nº 52 publicado em Diário Oficial no dia de 23 de dezembro de 1942, mas só teria o seu efetivo reconhecimento legal no ano de 1943. (SILVA, 2012).

Figuras 4 e 5 - Antigo prédio onde funcionou o Grupo Escolar André Vidal de Negreiros. Imagens de quando ainda era a sede da prefeitura municipal, e entre os anos de 1942 a 1955, quando passou a funcionar como instituição escolar.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

²¹Rui Carneiro, político paraibano de Pombal, foi interventor na Paraíba durante a vigência do Estado Novo, entre os anos de 1940 e 1945.

Figura 6 - Alunos e alunas do Grupo Escolar Vidal de Negreiros, 1943.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

Localizado às ruas Dr. Napoleão Laureano e 15 de Novembro, no Centro de Cuité, a escola abrigava alunos, alunas e professoras em duas amplas salas de aula, nos horários matutino e vespertino. No pequeno espaço havia também uma sala onde funcionava diretoria, secretaria, administração e almoxarifado, e um sanitário comum. Não havia ambiente destinado aos momentos de recreação e merenda das crianças em períodos de intervalo. O prédio tinha doze amplas janelas, quatro na parte da frente e quatro em suas laterais. Em depoimento à pesquisa de doutorado da professora Eliane de Moura Silva, em 2010, Maria Camélia Pessoa da Costa rememora sobre aquela estrutura escolar:

O grupo era muito pequeno havia duas salas, tinha uma pequenininha lá dentro que era da merenda, e depois transformou em almoxarifado. Tinha um banheiro e uma diretoria. (COSTA, 2010 *apud* SILVA, 2012, p. 38).

O engenheiro civil Carlos Bezerra Cavalcanti, narra também em entrevista sua breve experiência quando aluno no 4º ano primário no Grupo Escolar André Vidal de Negreiros:

Eu cheguei para morar em Cuité em 27 de março de 51. Meu pai tinha mudado com toda a família, vindo de Esperança. Fui matriculado no 4º ano primário do Vidal de Negreiros. Era aluno de Dona Mercês Fonseca. Depois eu sai para fazer admissão e cursar o ginásio. Estudei no Vidal só mesmo em 51. A lembrança que eu tenho é de uma escola muito pequena, era única escola da cidade, bem simples mesmo. Só tinha duas salas de aula e poucos alunos [...] é a prova de como ainda era atrasada a escolarização na cidade. (CAVALCANTI, 2020).

É importante mais uma vez ressaltar que, antes do advento das instituições escolares, prevaleciam as escolas isoladas e multiseriadas, muito comuns nas pequenas cidades e que perdurariam ainda por muito tempo, como destaca em entrevista a professora cuitense Maria Divanira de Lima Arcoverde:

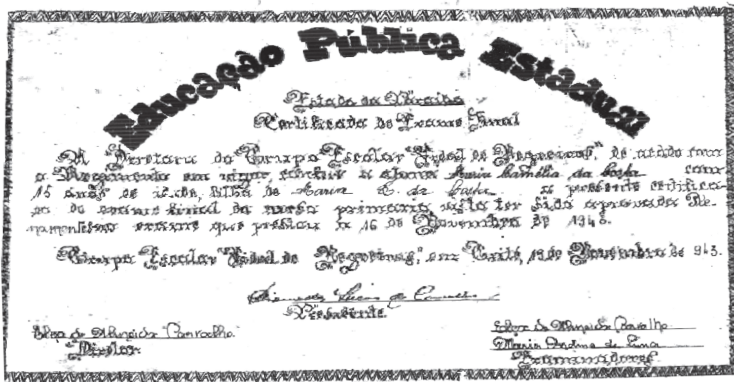
Antes dos grupos escolares, se estudava em Escolas Públicas Isoladas. A professora Edith Bezerra da Fonseca, por exemplo, recebia dinheiro do Estado para dar aula [em sua residência], tendo sido a primeira professora a ser nomeada [pelo Estado da Paraíba] para dar aulas neste modelo de escola. (ARCOVERDE, 2010 *apud* SILVA, 2012, p. 50).

Porém, foi com a institucionalização do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros²² que Maria Camélia Pessoa da Costa concluiu os estudos, recebendo o Certificado de Exame Final²³ do Curso de Formação Primária no dia 16 de novembro de 1943, já adolescente com dezesseis anos de idade.

²²Sob a determinação do Interventor Federal Rui Carneiro, usando das atribuições que lhe conferia o inciso I, do art. 7.º, do decreto-lei federal n.º 1.202 de 08 de abril de 1939, criou no ano de 1942 através do Decreto n.º 337 de 22 de dezembro de 1942, o Grupo Escolar Vidal de Negreiros, como parte integrante do seu plano de renovação do ensino no Estado da Paraíba. A referida instituição de ensino ainda hoje conserva o seu projeto arquitetônico original, principalmente na sua fachada frontal com janelas nas salas de aula que permitem uma boa ventilação e aproveitamento da luz do sol, chamando a atenção também o seu nome em destaque até hoje preservado: “GRUPO ESCOLAR VIDAL DE NEGREIROS”. Passou por uma restauração em setembro de 1965, realização conjunta dos governos do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte, dentro do programa Aliança Para o Progresso, na gestão do então governador Dr. Pedro Moreno Gondim e do secretário da Educação e Cultura Dr. Antônio Nominando Diniz. Em sua estrutura ainda presente, foi edificado pelo poder público estadual nos anos de 1950, a partir de um terreno doado pela Prefeitura Municipal de Cuité, na administração do prefeito Senhor Basílio Magno da Fonseca. Informações obtidas no site: <https://vidaldenegreiros.wixsite.com>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

²³A Certidão de Exame Final, datada de 19 de novembro de 1943, foi assinada pelas professoras Elça de Almeida Carvalho (Diretora Escolar) e Maria Ondina de Lima, além do Presidente da Instituição, o dentista Dr. Diomedes Lucas de Carvalho.

Figura 7 – Certificado de Exame Final do Curso de Formação Primária, 1943.



Fonte: Arquivo pessoal de Myria Pessoa.

Durante o ensino primário de formação de Camélia, no Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, como era comum à base curricular da época, os conhecimentos básicos constituíam-se de Educação Artística, Trabalhos Manuais, Educação Física, além dos conhecimentos fundamentais de Português, Matemática, Aritmética e História.

Chama atenção ao discutir tais conteúdos e métodos que, no início dos anos de 1940, ainda estavam em evidência as aspirações dos escolanovistas, presentes nos debates intelectuais da educação do Brasil e, por conseguinte, repercutindo nas instituições escolares em expansão nos grandes centros urbanos. Segundo Pinheiro (2017, p. 21), o que estava em debate era:

Transformar as instituições educacionais de modo adequá-las à modernidade capitalista; isso significava reestruturar os pressupostos da chamada ‘escola tradicional’. A nova educação alme-

caria um mundo pautado na harmonia social, na cooperação e no progresso.

Porém, tais aspirações ainda estavam distantes da realidade educacional de Cuité que não absorvia conceitos da formação renovada, tais como:

Aprendizado do aluno por si mesmo, por sua capacidade de observação, de experimentação, tudo isso orientado e estimulado por profissionais da educação que deveriam ser treinados especialmente para esse fim. (BOMENY, 2003, p. 43).

Nesse cenário de aparente mudança e renovação, apesar de já ter sido abolida a palmatória²⁴ e os demais castigos corporais, tão comuns no século XIX e nos primórdios do século XX, os sistemas punitivos ainda se faziam presentes de forma simbólica, como uma estratégia do professor para coibir comportamentos inadequados dos alunos e assegurar o consagrado poder da autoridade docente em sala de aula. Não à toa, esse modelo tradicional, pautado pela rigidez e obediência, influenciou, sobremaneira, a formação de Maria Camélia Pessoa da Costa, repercutindo ao longo da sua trajetória profissional, como docente e gestora.

Poucas pessoas ousavam contestá-la, foi uma identidade que ficou muito marcada na persona-

²⁴Era um castigo escolar aplicado aos alunos do curso primário ou da alfabetização visando corrigi-los por indisciplina ou mau aproveitamento no processo de aprendizagem em sala de aula. Na Província da Parahyba do Norte foi oficialmente introduzido pelo Presidente Quaresma Torreão, em 1836. As campanhas pelo fim da violência infantil criminalizaram os castigos corporais na década de 1980, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, aboliu essa prática.

lidade dela por toda a vida, no convívio com os pais, alunos, professores... Se algum aluno era chamado por ela na diretoria já se urinava de medo (risos). (PEREIRA SOBRINHO, 2020).

Nos cinco anos de formação no ensino primário, Maria Camélia Pessoa da Costa recebeu forte influência das educadoras que se notabilizaram na ainda precária instituição escolar pública da época. Entre elas, a educadora deixa registrada em seus escritos cronológicos uma memória em homenagem aos principais nomes daquela geração de mulheres: Marieta Rodrigues, Marieta Nóbrega, Maria do Carmo Cardoso (Professora Mima), Maria de Jesus Cavalcante, Maria de Lourdes Miranda Henriques, Maria de Lourdes Almeida e Elça de Almeida Carvalho. Esta última chegou a ocupar também o cargo de diretora do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, inclusive, consta sua assinatura como diretora e avaliadora no Certificado de Exame Final do Curso de Formação Primária concedido à aluna Camélia, em 19 de novembro de 1945.

5 FORMAÇÃO NORMALISTA E EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

Diplomada na formação primária, Camélia começou a atuar já a partir de 1947, como docente, em Classe Supletiva de Adultos, na zona rural de Cuité. Primeiramente no Sítio Imbé, em atendimento à grande demanda de alfabetização de adultos, com salário de 300 cruzeiros. E, posteriormente, em 1948, numa pequena escola rural mista mantida pelo Estado e localizada no longínquo distrito de Barra de Santa Rosa, precisamente na antiga Fazenda Quandu. Nesta segunda instituição fora selecionada por concurso público²⁵ para exercer o cargo de regente da cadeira rudimentar²⁶, como atesta o Certificado de Habilitação oficializado pela Inspeção de Ensino, em 09 de janeiro de 1948.

Esses cursos de base rural se apoiavam nas aprendizagens básicas: técnicas de leitura, alfabetização da escrita e o cálculo elementar. Em regra, eram ofertados nos horários noturnos e muitas vezes em espaços residenciais, ou nas instituições de ensino, quando estas existiam numa dada localidade.

Sobre a expansão das escolas rurais na Paraíba nesse contexto, Pinheiro (2006, p. 151-152) atesta que:

Com a perspectiva de fixar o professorado e atender a uma clientela rural, foram criadas, em

²⁵Na documentação analisada não podemos inferir sobre os instrumentos legais que norteavam a organização dos concursos públicos de acesso ao serviço público da época.

²⁶As cadeiras atendiam as demandas das formações primárias nas Escolas Rudimentares que, em regra, funcionavam em salões locados pelos interessados em ofertar o ensino primário. Em muitos casos eram classificadas como fixas, ambulantes e noturnas e destinadas aos alunos adultos, desprovidos de oportunidades escolares.

1946, as escolas rurais paraibanas, inaugurando uma nova forma de expansão escolar pública no estado [...] A falta de professores preparados para lidar com essa especificidade escolar parece ter sido uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos paraibanos

Em 1951 Camélia foi definitivamente transferida para a sede de Cuité, onde ficou por quatro anos, dedicada ao ensino noturno de alfabetização de adultos, num espaço que comportava instalações de carteiras escolares e material didático básico, necessário à execução das atividades pedagógicas.

A Paraíba, na década de 1950, coadunava-se com o esforço nacional no combate ao analfabetismo adulto, bem como os seus municípios, a exemplo Cuité. A educação de adultos tomara proporções de importância a partir da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), promovida pelo Ministério da Educação e Cultura, criada em 1947 na presidência de Emílio Gaspar Dutra, e sob a coordenação de Lourenço Filho, tendo como focos principais alcançar com a ação educativa primária milhões de adultos e adolescentes que estavam fora da escola, e influenciar na conjuntura cultural do país, tornando visível a situação grave e alarmante do analfabetismo e procurando responsabilizar cada estado e cada município. O processo de redemocratização pós Estado Novo gerava também a necessidade de ampliação do contingente de eleitores no país. Nos anos finais da década de 1950, a professora Daura Santiago Rangel assumiu a superintendência da educação de adultos na Paraíba (CAVALCANTE; FERREIRA; NUNES, 2013), momento em que participou como repre-

sentante do estado em eventos nacionais, bem como se manifestou publicamente, com frequência, nos jornais, tecendo considerações e críticas sobre os fins eleitoreiros com que essa modalidade era utilizada, a intromissão da política, muitas vezes, na escolha de professoras, mas, também destacou o empenho do governo paraibano com a questão:

Embora a Campanha de Adultos se ressinta de umas tantas falhas, - disse-nas a professora Daura Santiago - são apreciáveis os resultados oferecidos, de modo que há uma necessidade de reajustamento no sistema educativo. Tem se verificado que estas instituições que funcionam mediante acordo entre Estados e União dão a entender que os encargos devem ficar puramente do lado do governo federal. Entretanto, reconhecemos que na Paraíba há boa vontade do governo, que não pode dar maior contribuição, porque não dispõe de meios que lhe permitam as exigências do ensino primário no Estado. Basta ver que é um Estado, que não pode ter um orçamento fixo, em virtude das secas e oscilações dos seus produtos naturais (*A União*, 22 fev.1958, p.3).

D. Camélia, recém diplomada normalista, já ingressava numa causa relevante naquele momento no país.

Assim, pode-se dizer, de acordo com Silva (2012, p. 63) que: “As professoras que concluíam o curso primário completo podiam ensinar nas escolas primárias, e eram chamadas de professoras habilitadas”.

Figura 8 - Certificado de Habilitação para exercício de Cadeira Rudimentar, 1948.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

No que pese o “entusiasmo pela educação”²⁷, que considerava a escolarização o “motor da história” (NAGLE, 2001, p. 134), capaz de responder as transformações sociais e políticas por que passava o país, e começava a tomar forma na primeira metade do século XX, faz-se necessário observar que naquele contexto da travessia entre as décadas de 1940 a 1950, 69% da população do Brasil ainda vivia no campo. Ou seja, a cidade de Cuité não se diferenciava muito de outros municípios do país que tinham praticamente um ou dois prédios escolares, com instalações extremamente precárias, principalmente os da zona rural, muitas vezes funcionando em

²⁷Segundo Nagle (2001, p. 135), o entusiasmo pela educação e o consequente otimismo pedagógico, que passam a caracterizar a sociedade brasileira desde a década de 1920, “[...] consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos”, incluindo, sistematicamente, “os assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações”.

residências. Realidade que repercutia no número alto de analfabetos, 63,4% da população, sendo algo em torno de 70% nas regiões do Norte e Nordeste, segundo dados da época²⁸ e, certamente, constituía-se um desafio governamental à modernização do país.²⁹ Para vencer tais desafios dramáticos, segundo Francisco Filho (2001, p. 90):

O analfabetismo teria que ser eliminado, era necessidade de trabalhadores urbanos com os mínimos conhecimentos para o desempenho das novas funções [...] para formar a força de trabalho com média, curta e rapidíssima duração.

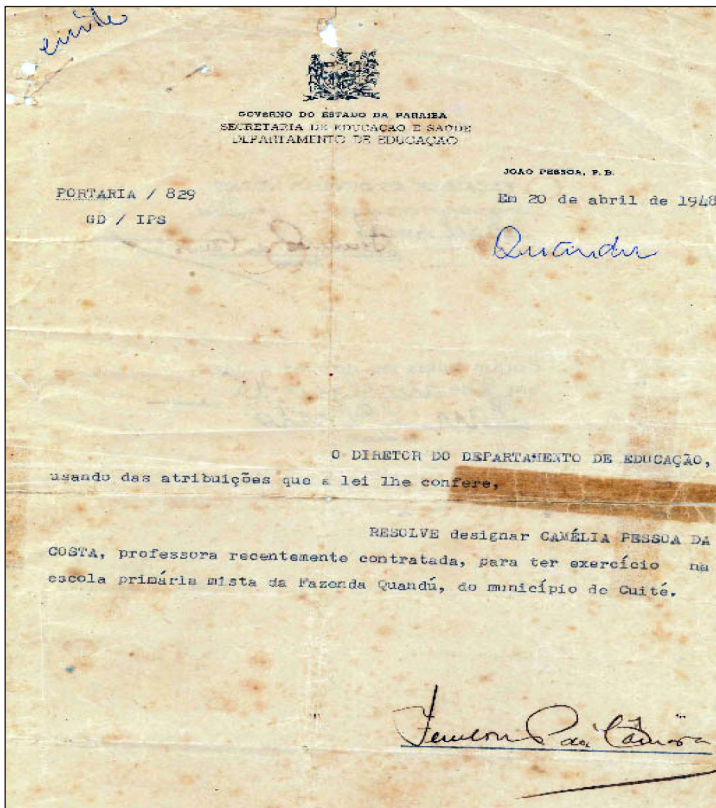
É impossível afirmar se naquele contexto a profissão docente foi uma escolha pessoal ou a única opção profissional que teria sido ofertada à Maria Camélia, haja vista que na época não existiam muitas oportunidades para as mulheres, considerando os valores preconizados pela sociedade patriarcal: ou casavam, ou faziam votos de clausura nas Ordens Religiosas Católicas, ou se dedicavam à única profissão permitida, a docência, tida desde fins do XIX como sendo a mais apropriada à mulher, dada sua “vocação” no cuidado e formação das crianças pequenas. Sobre essa questão, Guacira Louro (2014, p 99) enfatiza que:

²⁸Conforme dados históricos no site: <https://www.ibge.gov.br>. Em 1940 o Brasil tinha 41.236.315 milhões de habitantes e em 1950 tinha 52.944.397. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

²⁹Em 1942 foi criado o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP). Com ele foi implantada a educação primária e o ensino supletivo para adolescentes e adultos. Em 1947 o Departamento Nacional de Educação, órgão do Ministério da Educação e Saúde, criou o Serviço de Educação de Adultos (SEA), que tinha como objetivo a orientação e coordenação geral dos trabalhos e planos anuais do ensino supletivo.

O magistério se tornará, nesse contexto, uma atividade permitida e, após muitas polêmicas, indicada para as mulheres, na medida em que a própria atividade passa por um processo de ressignificação; ou seja, o magistério será representado de um modo novo na medida em que se feminiza e para que possa, de fato, se feminizar.

Figura 9 - Portaria de Nomeação como professora da Escola Primária Mista da Fazenda Quandu, município de Cuité/PB, 1948.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Ou seja, nos primeiros anos da segunda metade do Século XX, o exercício do magistério mesmo sendo uma das poucas profissões aceitas como trabalho e “vocação” do feminino, conforme colocado acima, era marcado pelo desprestígio e a baixa remuneração, tanto nas redes de ensino públicas quanto privadas. Assim, a professora primária, apesar da conquista profissional, continuava sendo vista na sociedade como uma mãe ou tia e seu emprego sendo classificado como uma extensão do lar. Em contrapartida fazia evidenciar, historicamente, “a evasão dos homens deste importante ramo do serviço público”. (CHAMON, 2005, p. 52). Ao discorrer sobre essa realidade histórica das mulheres educadoras, Machado e Nunes (2019, p. 31) enfatizam que:

Pela legislação brasileira, apenas em 1943, as mulheres casadas tiveram permissão para trabalhar fora de casa sem precisar de autorização emitida pelo marido. Enquanto isso, o acesso ao ensino superior ainda se constituía em algo muito distante da realidade da formação das mulheres, principalmente daquelas que viviam nas pequenas cidades do Brasil.

Seguindo a tradição educacional de vocação, abnegação, amor e sacrifício ao trabalho docente, Maria Camélia Pessoa da Costa, jovem e solteira, foi matriculada na turma pioneira do Instituto América³⁰, onde

³⁰ “O Instituto América teve uma vida efêmera na formação escolar da cidade. Criado em 1952, funcionou até final do ano de 1970, quando cedeu seu espaço para a implantação do Colégio Estadual de Cuité – CEC no ano letivo de 1971, que depois foi denominado de Colégio Estadual Orlando Venâncio dos Santos, e hoje se chama Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Médio Orlando Venâncio dos Santos.” (MACHADO; NUNES, 2019, p.30).

funcionava a Escola Normal Regional³¹ de Cuité, espaço de formação escolar que garantiria principalmente às mulheres de famílias mais humildes, como era o seu caso, um futuro de possibilidades de ascensão profissional e efetiva inserção no emergente mercado de trabalho, com a ampliação da oferta do ensino primário no Brasil, promovida naquele contexto de transição. Importa destacar que a formação em escola normal cumpria expectativas diferentes para as mulheres, conforme sua origem social e econômica. Se para as mulheres de classes menos favorecidas significava uma porta de acesso ao mundo profissional e consequente ascensão social; para as de classes com maior poder aquisitivo podia constituir um requisito a mais em sua destinação como boa dona de casa, boa mãe, rainha do lar. Embo-

³¹Segundo a Lei Orgânica do Ensino Normal, DECRETO-LEI N. 8.530 - DE 2 DE JANEIRO DE 1946, em seu Capítulo III, que especifica Dos Tipos de Estabelecimentos de Ensino Normal: “Art. 4º Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação.

§ 1º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal.

§ 2º Escola Normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário.

§ 3º Instituto de educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário.

§ 4º Os estabelecimentos de ensino normal não poderão adotar outra denominação senão as indicadas no artigo anterior, na conformidade dos cursos que ministrarem.

Parágrafo único. É vedado a outros estabelecimentos de ensino o uso de tais denominações, bem como o de nomes que incluam as expressões normal, pedagógico e de educação.” Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/decreto-lei%20n.%208.530%20%96%20de%202%20de%20janeiro%20de%201946%20%20lei%20organica%20ensino%20normal.htm. Acesso: 12/05/2020.

ra as mulheres destas classes também tenham usado a formação no curso normal para exercer a profissão docente, e assim sair do espaço privado doméstico para o espaço público do trabalho, alterando, por conseguinte, modos de ser mulher e impactando as relações de trabalho. Na Escola Normal de Cuité era possível presenciar essa diversidade social e econômica no corpo discente.

A ex-prefeita e também aluna da turma pioneira, Neuza Bezerra Santos, destaca a importância educacional do Instituto América naquele contexto:

No Instituto América, funcionava desde o jardim da infância até o curso normal. Naquela época em Cuité a única escola que tinha era o Grupo Escolar Vidal de Negreiros, onde funcionava somente o ensino primário e tinha, também, o Professor José Rodrigues, mais conhecido como Professor Zezinho que era um homem muito inteligente e preparado, um intelectual, um excelente professor, que preparava os alunos para os cursos de admissão para irem estudar em outros lugares. (SANTOS, 2019 *apud* MACHADO; NUNES, 2019, p. 30-31).

No citado instituto, segundo Ivan Lira de Carvalho, funcionavam simultaneamente os cursos primário e o normal regional³², este último fora reconhecido pelo Decreto nº 460, de 02 de agosto de 1952, assegurando assim sua plena funcionalidade legal. Sobre o formato pedagógico do curso normal enfatiza o pesquisador:

³²No Curso Normal Regional, apesar da predominância feminina, também eram matriculados rapazes que buscavam na cidade a continuidade da formação. Foi o caso do professor Edson Pereira, que viveu essa experiência de formação no Instituto América.

A propósito deste último, tinha ele o formato hoje em desuso, depois de tantas reformas no ensino e nos currículos: quatro séries, cobrindo o antigo ginásial (ou segundo ciclo do primeiro grau, depois denominado ensino fundamental, segunda parte) e mais um ano complementar, uma espécie de aperfeiçoamento para professores primários. (CARVALHO, 2019, p.85)

Figura 10 - Lançamento da pedra fundamental do Instituto América, anos de 1950.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

Entrementes, mesmo na segunda metade do século XX, ainda predominava no Brasil o sistema patriarcal que, no caso da educação da mulher, primava pela rigorosa integração entre os papéis domésticos e profissionais. Assim, como não poderia ser diferente, integrava a formação curricular das normalistas o ensino de disciplinas, tais como, Desenho, Puericultura e Higiene, saberes considerados como fundamentais à educação das crianças no ensino primário ou primeiro grau. Ou seja, a formação da “boa” moça escolarizada

deveria, por princípio, manter aquilo que a sociedade da época considerava como sendo a essência feminina. Reforçando essa questão, Guacira Louro (2014, p. 101) afirma que:

As escolas de formação docente enchem-se de moças e esses cursos passam a construir seus currículos, normas e práticas de acordo com as concepções hegemônicas do feminino.

Figura 11 - Alunas Normalistas da Turma Pioneira do Instituto América, 1954.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Como aluna da Turma Pioneira da Escola Normal Regional de Cuité, Maria Camélia destacou-se pela dedicação, compromisso e experiência já adquiridos anteriormente como docente alfabetizadora de adultos nas escolas da zona rural e no ensino noturno na cidade. Tais atributos profissionais valeram-lhe o respeito e, principalmente, o reconhecimento da instituição, atra-

vés dos professores e das colegas que a escolheram por unanimidade como representante e oradora da turma concluinte, em 25 de dezembro de 1955.

A turma concluinte era composta por onze alunas. Eram elas: Maria Camélia Pessoa da Costa, Maria Onilda Farias, Maria José Dantas, Angelita Azevedo Dantas, Guiomar da Silva Furtado, Luzia Costa de Almeida, Maria Diva da Fonseca Santos, Noêmia Viana Campos, Rosilda Fonseca Santos, Terezinha Medeiros Andrade e Neuza Bezerra Cavalcanti³³.

Figura 12 - Placa de Formatura das Normalistas do Instituto América, 1955.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

³³Entre as colegas de turma estava a ex-prefeita de Cuité, Neuza Bezerra Santos, figura pública que se notabilizou por ter sido a primeira gestora da referida cidade, em 1968, e a segunda mulher a ascender a esse cargo na Paraíba, segundo estudos realizados por Charliton José dos Santos Machado e Maria Lúcia da Silva Nunes, na obra: “Tudo azul com Dona Neuza: poder e disputa local em 1968”, 2019. Destaque também para a educadora Angelita Azevedo Dantas, que escreveu um rico documento da história e memória educacional da cidade de Nova Floresta/PB, tendo sido pioneira como professora naquele pequeno município do Curimataú paraibano.

Figura 13 - Maria Camélia com a beca de formatura, 1955.



Fonte: Arquivo pessoal de Myria Pessoa.

A Escola Normal Regional de Cuité foi criada por iniciativa de autoridades locais que, entre outras questões, objetivavam, na segunda metade do século XX, prioritariamente, ampliar as possibilidades da formação docente buscando atender as grandes demandas educacionais nas comunidades rurais e urbanas daquela região, em consonância com as aspirações da redemocratização e do desenvolvimento do Brasil, pós-1945. Na memória dessa extinta instituição algumas personalidades merecem ser destacadas no significado de sua organização: o Dr. Djalma Barbosa (médico), Dr. Jorge Guimarães (Juiz de Direito), Dr. Diomedes Lucas (dentista), Padre José de Barros e Dr. Orlando Venâncio (advogado e político, prefeito de Cuité a partir dos anos de 1955). (SILVA, 2012) (CARVALHO, 2019).

Assim, de acordo com Ivan Lira de Carvalho, a citada instituição atendia a esse clamor educacional e profissional, pois:

[...] ao concluir o normal regional, o aluno estava habilitado a lecionar e ser contratado (inclusive no serviço público), como professor diplomado. Se quisesse prosseguir nos estudos, visando o vestibular, bastava cursar os anos restantes (mais dois) do científico, do clássico ou do pedagógico. Era uma grande contribuição para as cidades do interior, já que a rede escolar, à época, era bastante deficitária. (CARVALHO, 2019, p. 85).

Figura 14 e 15 - Maria Camélia Pessoa da Costa em trajes sociais, sozinha, e junto a colegas no Baile de Formatura, 1955.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Figura 16 - Maria Camélia Pessoa da Costa com toda a turma concluinte em trajes do Baile de Formatura, 1955.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Em relação ao papel da formação das professoras normalistas na segunda metade do século XX, há de se destacar que, a sociedade política da época aspirava como premissa fortalecer a redemocratização do país e, conseqüentemente, modernizar a estrutura educacional, ainda refém das tradições oligárquicas e das elites urbanas. Portanto, pregava-se a urgente disseminação de políticas educacionais em âmbito nacional, estadual e local, tomando a escolarização primária urbana e rural como alvo central dos interesses promovidos pelo governo. Desse modo:

Como era condição necessária da própria formação pedagógica, tão logo concluíam o curso, muitas moças já se integravam imediatamente ao trabalho público, ou seja, à vida escolar como profissionais da educação primária. (MACHADO; NUNES, 2019, p. 31)

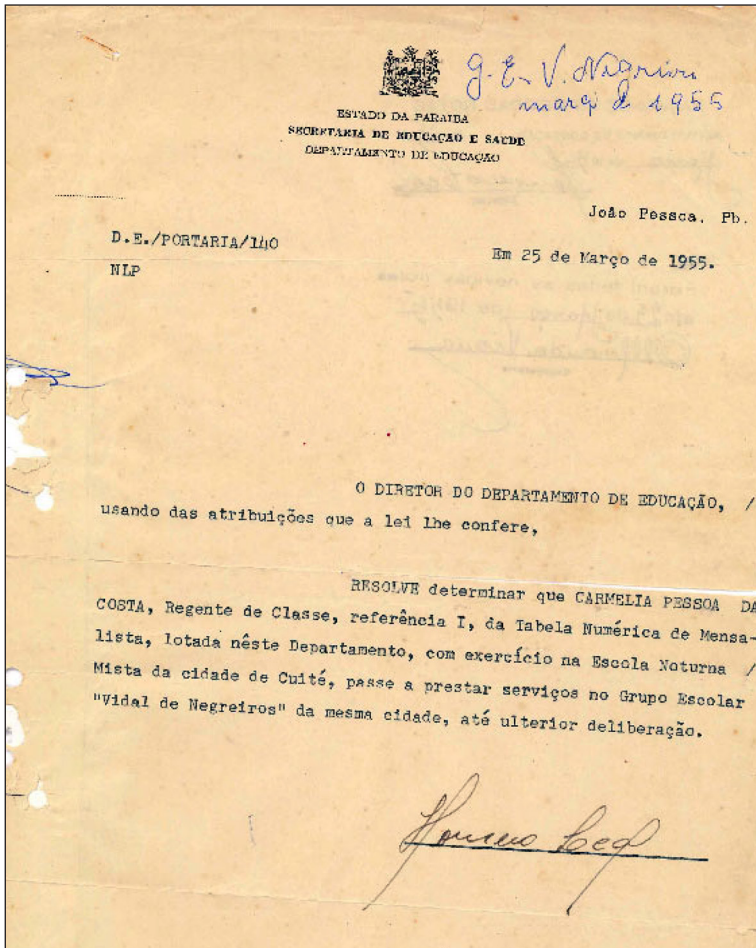
Assim, quase todas as normalistas ao concluírem essa etapa de formação iam dar aulas nos grupos escolares da região, algumas ainda montavam suas próprias escolas em espaços residenciais, em cidades como Picuí, mais desenvolvida, ou nos distritos que comportavam a área territorial de Cuité, como Nova Floresta e Barra de Santa Rosa que já apresentavam expressivas demandas por alfabetização e escolarização pré-primária (ler, escrever e contar), coadunando com o que preconizava em Mensagem Presidencial, em 1955, o governo de João Fernandes Campos Café Filho, para quem o aperfeiçoamento do professorado de curso primário em escolas normais era necessário ao funcionamento e ampliação do ensino primário e da formação das futuras gerações. (BRASIL, 1955).

Dadas as demandas, ainda que não fosse uma profissão muito rentável, ao complementar o seu aperfeiçoamento de professora primária e com o diploma de Regente Primária em mãos, Maria Camélia decidiu seguir no fortalecimento e aperfeiçoamento da docência, além de se aventurar em cursos de arte culinária (concluído em 1952) e estudos técnicos de contabilidade e datilografia (concluído em 1955), este último impulsionado pelas exigências da modernidade tecnológica em ascensão nos anos de 1950 e que já começavam também se fazer presente nas pequenas cidades do país.

No mesmo ano de sua formação na Escola Normal Regional de Cuité, em condições provisórias, no dia 25 de março de 1955, através da Portaria 140, Maria Camélia Pessoa da Costa realizaria um grande sonho profissional, sendo transferida pela Diretoria do Departamento de Educação da Secretaria de Educação

e Saúde da Paraíba, para o Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, instituição escolar de origem de sua formação primária. Ficaria lotada na referida instituição como Regente de Classe, Referência I.

Figura 17 - Portaria de nomeação interina no quadro docente do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, 1955.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

O retorno ao Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, agora no exercício das atividades docentes e com atributos legais de formação para o magistério primário por diplomação, colocava Maria Camélia Pessoa da Costa como uma referência de renovação e, certamente, possível sucessora das antigas mestras que demarcaram suas histórias de vida profissional naquela instituição de ensino público da cidade de Cuité.

Figura 18 - As mestras do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros. Da esquerda para a direita vê-se; Tereza Xavier, Anita, Maria José, Elisa Macedo, Myrthes Venâncio, Camélia Pessoa, Nautília Furtado, Noilda Rocha, Ismália, Noêmia Campos, e Maria Lica. Em fins dos anos de 1950.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

Paralelamente às atividades demandadas no Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, em 1º de abril de 1958, Maria Camélia Pessoa da Costa receberia também da Fundação Padre Ibiapina,³⁴ através da Portaria nº 13,

³⁴Segundo Sabino (2016, p. 70), “A Fundação Padre Ibiapina foi criada no

assinada pelo Presidente da entidade, o educador Afonso Pereira³⁵, a missão de lecionar matemática, em regime “pro labore”, na Escola Profissional Pedro Viana,³⁶ em Cuité. Nesse mesmo ano e mês, precisamente em 10 de abril, seria nomeada pelo Governo do Estado como Professora no quadro permanente do Estado.

dia 30 de março de 1954, por iniciativa do Professor Afonso Pereira da Silva, na intenção de implantar o ensino em todo o interior da Paraíba”. Em nota de rodapé nessa mesma página, a autora explica que o nome da Fundação decorre da admiração que o referido professor nutria pelas ideias e ações do Padre José Antônio de Maria Ibiapina, no combate à fome e às doenças das pessoas mais pobres na região Nordeste.

³⁵Nascido em Bonito de Santa Fé- PB, a 30 de outubro de 1917- jovem noviço da Ordem dos Frades Menores Franciscanos - Seminário do Paraná, tinha o sonho de receber as ordens sacras, porém abandonou o seminário em 1938. Formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, em 1948. Criou e dirigiu a Fundação Padre Ibiapina até os anos de 1970.

³⁶Escola criada pela Fundação Padre Ibiapina (SABINO, 2016, p. 109).

6 DONA CAMÉLIA, A DIRETORA DO GRUPO VIDAL DE NEGREIROS

Em face do elogiado desempenho como docente primária, pelo rigor e compromisso com que abraçou a condução das atividades pedagógicas, Maria Camélia Pessoa da Costa não demoraria a realizar uma transição para a função administrativa de gestão do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, o que viria ocorrer entre os anos de 1959 e 1960.

Dessa forma, por designação da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, durante o governo de Pedro Moreno Gondim³⁷, foi nomeada Diretora Escolar, cargo que ocuparia por décadas nesta instituição de ensino da cidade. Não custa lembrar que, cargos de diretor, inspetor ou outras formas de gestão educacional ainda eram majoritariamente ocupadas por homens, no que pese a feminização do magistério no Brasil.

Porém, foi já na condição de Diretora do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros que Maria Camélia Pessoa da Costa vivenciou amplas reformas. A primeira delas foi com a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil, a LDB - 4024/61(BRASIL, 1961) que, de maneira geral, reestruturava a educação nos níveis de Pré-Primário ao Ensino Superior. Segundo Francisco Filho, a Lei 4024/61 sancionada durante o governo de João Goulart, apesar dos embates com setores políticos e educacionais mais reacionários, pode ser considerada como um avanço histórico, pois:

³⁷Advogado de formação, Pedro Moreno Gondim nasceu na aldeia de Capim-Açu, em Alagoa Nova/PB, no dia 1º de maio de 1914 e faleceu em João Pessoa, no dia 26 de julho de 2005. Líder político na Paraíba, exerceu mandatos de deputado estadual, federal, vice-governador e governador eleito de 1961 a 1965.

[...] estabeleceu os fins da educação com base nos princípios de liberdade, solidariedade, compreensão dos direitos e deveres, respeito a dignidade e liberdades humanas, fortalecimento da unidade nacional, solidariedade internacional, com desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação no bem comum; tudo sem preconceito. (FRANCISCO FILHO, 2001, p. 104).

No caso do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, a principal tarefa de Maria Camélia Pessoa da Costa deveria ser a de manter o foco na qualidade da formação do alunado do Ensino Primário, assegurando o conquistado conceito de “boa” escola pública da cidade, num período em que no Brasil ainda grassava o analfabetismo e a baixa escolaridade para a maioria da população. Desse modo, a Lei 4024/61 buscava de alguma maneira amenizar: renovando, modernizando e expandindo o acesso à população mais pobre do país, quando este já alcançava 93.139.037 milhões de habitantes, sendo 44,6% na zona urbana e 55,4% na zona rural³⁸.

Entre as mudanças propostas com a LDB - 4024/61, o Ensino Primário teria a duração mínima de quatro anos, tendo como prioridade o atendimento das crianças na idade certa. Ou seja, a partir dos sete anos de idade, visando assim, a formação com perspectivas regulares à ascensão do alunado ao Ensino Secundário nos níveis Ginásial (4 anos) e Colegial (3 anos), até então uma condição de privilégio das poucas camadas letradas no Brasil.

³⁸Em 1960, o país, segundo dados históricos do IBGE, tinha 39,4% de analfabetos. Esse número de analfabetos era bem mais expressivo nas pequenas cidades e rincões do Norte e do Nordeste, dada a precária política pública de escolarização.

A nova LDB – 4024/61 também reforçava os princípios constitucionais da escola pública laica, tal como preconizada desde o nascedouro da República, em prol da separação entre Estado e religião. Embora, do ponto de vista das práticas pedagógicas cotidianas na escolarização pública, a laicização passava ao largo, dada a força, tradição e hegemonia do catolicismo na história de formação do Brasil.

Exemplo disso, no Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, as atividades de catecismo e educação religiosa envolviam de forma permanente professoras, alunos/as e familiares, tendo seu momento de maior expressão e simbolismo na celebração anual da 1ª Eucaristia.

Camélia sempre foi uma mulher muito envolvida na vida da igreja católica, desde criança. Isso era muito comum numa cidade como Cuité. No caso dela, seu envolvimento era muito forte porque ela era bastante participativa [...] Ela tinha laços fortes com Igreja católica, ao ponto de ser até ouvida nas indicações dos alunos cuiteenses que eram selecionados para estudar em colégios católicos de Campina Grande. (PEREIRA SOBRINHO, 2020).

Figura 19 - Maria Camélia Pessoa da Costa, em momento de reunião da Congregação Filhas de Maria, s/d.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

No centro dos debates que consolidaram a LDB – 4024/61, um dos principais desafios era inverter a curva da prioridade da educação pública no país em todos os níveis, posto que, até então, ela era considerada como espaço quase que exclusivo das elites oligárquicas e de tradições rurais, o que justificava nosso atraso histórico frente às nações desenvolvidas.

Sendo assim, setores populares e intelectuais progressistas reivindicavam que instituições, a exemplo do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, em Cuité, ampliassem a oferta de vagas e, consequentemente, o acesso à população mais pobre, carente da escolarização pública, gratuita e de qualidade, em face das novas exigências da sociedade urbana, letrada.

da e, quiçá, industrial, naquele contexto histórico e de redemocratização.

Em termos de estrutura física o Grupo Escolar André Vidal de Negreiros já se encontrava, desde 1955³⁹, edificado em espaço moderno e mais apropriado ao cumprimento das suas funções institucionais. Localizado na Rua Caetano Dantas, nº 222, comportava quatro amplas salas de aula, com janelas que viabilizavam a ventilação e aproveitamento da luz do sol, sala de diretoria e administração escolar, cozinha, amplo espaço de merenda e recreação, almoxarifado, além da residência anexa da diretora, ocupada pela professora Noêmia Campos, quando na oportunidade exerceu esta função. A instituição funcionava com 8 professoras lecionando nos horários matutino e vespertino. Sobre esse período, assim discorreu o professor José Pereira Sobrinho:

Noêmia Campos foi diretora de 1958 a 1961. Logo depois veio Camélia, que ficou por três longos períodos na direção e na supervisão escolar do Vidal [...] Noêmia foi a única que residiu na casa que era destinada a hospedar o diretor do Vidal de Negreiros. (PEREIRA SOBRINHO, 2020).

Refletindo sobre as memórias de escolarização no nível primário, o professor e escritor Aécio Cândido discorre sobre esse contexto e, principalmente, da sólida formação escolar que vivenciou como aluno do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros:

³⁹A nova estrutura do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros foi consolidada no fim do governo de José Américo de Almeida, atendendo ao pleito das lideranças políticas locais que reivindicavam uma estrutura escolar mais adequada às demandas regionais daquela época.

Tive excelentes professoras no Curso Primário – era assim que se chamava o que hoje chamamos de Fundamental I, Alias só tive professoras excelentes no curso primário [...] O que essas mulheres tinham em comum? Em comum, o fato de serem todas elas moças da elite local, filhas de comerciantes ou de fazendeiros, aquelas que tiveram melhor formação intelectual [...] Eram moças que, na cidade, tinham viajado para destinos mais longínquos, conheciam outros lugares. Eram leitoras, todas elas apaixonadas. Gostavam de livros, tinham pendores intelectuais. Admiravam a língua portuguesa, conheciam bem a nossa gramática, e não desprezavam os números. (CÂNDIDO, 2019, p. 2).

Aécio Cândido, porém, reconhece que, com raras exceções, as instituições escolares primárias eram de fato formadas por professoras que pertenciam a uma elite intelectual de origem privilegiada na sociedade da época, algo muito comum ainda no Brasil dos anos de 1960:

[...] isso não era uma especificidade de Cuité, minha cidade; digo, o perfil dessas professoras. Acho que era um pouco assim em todas as pequenas cidades do Brasil, na década de 1960. As professoras primárias eram recrutadas no meio da elite econômica que, em certa medida, era também a elite intelectual [...] (CÂNDIDO, 2019, p. 2).

Corroborando essa ideia, Almeida destaca que nos anos 60 do século XX:

A classe média passa a considerar a utilidade do trabalho feminino como forma de a família

alcançar maior bem-estar social. Porém, esse trabalho não deve transpor os limites do socialmente adequado, e a profissão de professora se alicerça como trabalho feminino por excelência. (ALMEIDA, 2006, p.91)

No universo da cultura escolar tradicional e dos modelos de aprendizagens que vigoravam naquela época no Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, dirigido por Maria Camélia Pessoa da Costa, o professor Aécio Cândido relembra com forte saudosismo de um destes episódios de vigorosa formação do alunado:

[...] tínhamos uma espécie de grêmio estudantil. As reuniões contavam com discursos e com leituras de atas, redigidas por um de nós, como secretário. E nas datas especiais preparávamos shows de variedades, com cenas de teatro, declamações de poemas e números musicais. Alguns desses espetáculos, mais lapidados, eram levados a outras cidades ou a outras escolas. Tudo isso era o nosso aprendizado [...] Meu primeiro discurso foi em homenagem a André Vidal de Negreiros, uma figura importante da história colonial da Paraíba, patrono da nossa escola: Grupo Escolar Vidal de Negreiros. Lembro ainda as primeiras frases do discurso 'Sinto-me honrado em ser designado para falar sobre um personagem tão importante na história da Paraíba'. Não eram palavras minhas, na verdade - eu não escrevera o discurso nessa atividade do 2º Ano, aos oito anos de idade. A professora escreveu, e eu o decorei. E parece que o proferi sem atropelos, mas pausadamente e de forma clara, como haviam me ensinado [...] (CÂNDIDO, 2019, p. 2).

Como Diretora do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, Maria Camélia Pessoa da Costa era uma figura central na organização das atividades culturais e dos eventos comemorativos nas datas mais emblemáticas da escola. Recebia as propostas das professoras sobre o que e como organizar, mas cabia a ela na condição de gestora e centralizadora das decisões, a palavra final no tocante às questões mais relevantes.

Cabia a Maria Camélia, como diretora, além da iniciativa de coordenar a comunidade escolar, fazer envolver e liderar as famílias nas atividades culturais e festivas que eram programadas anualmente. Para tanto, era comum realizar reuniões ampliadas para definir programações, organizar o calendário dos ensaios, escolher temas, indumentárias etc., em especial nas datas comemorativas e mais representativas por significado histórico de uma memória coletiva oficial naquele momento histórico.

Dentre as atividades escolares comemorativas, o calendário cívico ganhava contornos de forte exaltação do patriotismo em prol do suposto engrandecimento da nação. Sendo assim, a partir de golpe militar de 1964⁴⁰, eventos como Dia da Bandeira, Semana da Pátria, 7 de Setembro e Proclamação da República passaram a ter uma relevância simbólica mais ampliada na construção de uma memória cívica⁴¹. E, portanto, caberia às insti-

⁴⁰Golpe de Estado no Brasil em 1964, desfechado em 31 de março de 1964 e que culminou, no dia 1.º de abril de 1964, com um golpe militar que encerrou o governo do presidente democraticamente eleito João Goulart.

⁴¹Para maior conhecimento desta temática, indicamos a leitura da obra: "A construção da memória cívica: espetáculos de civilidade no Piauí (1930-1945). Teresina/PI: Editora EDUFPI, 2010, de Salânia Maria Barbosa Melo

tuições escolares públicas e privadas do país, em condições de obrigatoriedade oficial, aprofundarem tais ensinamentos de nacionalidade.

Figura 20 - A Diretora Maria Camélia Pessoa da Costa em atividades festivas do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, 1963.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

Nesse aspecto, o Grupo Escolar André Vidal de Negreiros não fugiria a essa regra; ao contrário, sob a rígida direção de Maria Camélia Pessoa da Costa, tornar-se-ia, principalmente nos anos de 1960 e 1970, uma

prestigiada referência e ganharia notoriedade regional na defesa de princípios do disciplinamento patriótico, tão preconizados naquele contexto autoritário do Brasil.

Desta forma, buscando enriquecer as comemorações dos atos cívicos, Camélia organizou uma ampla campanha com professores, alunos, ex-alunos, pais e autoridades públicas, visando criar a Banda Marcial do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros. Sonho por ela realizado em 1972, no desfile do Dia 7 de Setembro.

Era um sonho que ela sempre cultivou [...] ela fez campanhas, vendia balinhas na escola [...] pedindo apoio aos pais que de fato podiam ajudar [...] Viajava a Campina Grande pessoalmente para fazer a compra de cada instrumento musical. Era uma coisa que fazia com muito prazer e dedicação [...] Ela ficava encantada quando falava dos esforços dela para realizar... Até que realizou seu sonho e montou a banda do Vidal de Negreiros, que desfilou no dia 7 de Setembro de 1972. (PES-SOA, 2020).

Figura 21 - Desfile do 7 de Setembro, 1972.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

Figura 22 - A professora Marisa Medeiros e os alunos do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, década de 1970.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

Figura 23 - Alunos, alunas, professoras e familiares em frente à Matriz de Nossa Senhora das Mercês, Cuité, década de 1970.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

Figura 24 - Evento de homenagem às professoras do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, década de 1970.



Portelina, Camélia e Marília – 1970

Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

Figura 25 - Confraternização natalina das professoras do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, década de 1970.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Figuras 26 e 27 – Festa junina escolar, e momento escolar de exaltação patriótica, respectivamente, em 1973.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

As datas religiosas, como a coroação da Nossa Senhora; os pastoris, com as concorridas apresentações dos cordões azul e encarnado; festas juninas, com coroações das rainhas dos estudantes e do milho; festas esportivas, eram festividades de destaque na escola. Entre outras emblemáticas, como o Dia do/a professor/a; Dia das Mães; Dia dos Pais etc., também ocupavam espaços privilegiados nas agendas de comemorações do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, a partir da liderança da direção, que mobilizava o envolvimento constante e organizado da comunidade na cultura escolar.

Pode-se assim deduzir, que todas essas atividades comemorativas, cívicas, de calendário festivo tradicional ou de cunho religioso, compunham um amplo repertório da formação educacional, haja vista que eram introjetadas na alma e na cultura da escolarização do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros.

Em entrevista dada à professora Eliane Moura da Silva, Maria Camélia Pessoa da Costa destacava que, com isso: “Buscava estreitar as relações entre a escola e os pais dos alunos e ex-alunos em função da melhoria da qualidade do ensino”. (COSTA, 2010 *apud* Silva, 2012, p. 122).

Já em 1965, no primeiro ano da gestão do governo João Agripino, após o desfecho do período autoritário, visando atender as exigências de reformas educacionais, o Secretário de Educação e Cultura da Paraíba Antônio Nominando Diniz convocou professores já concursados para realização de Curso de Supervisão Escolar em Sapé. O curso foi ministrado por técnicos do Instituto Educacional de Estudos Pedagógicos e ocorreu entre 21 de julho de 1965 a 21 de março de 1966.

Concluído o curso, Maria Camélia Pessoa da Costa recebeu do Centro de Orientação e Pesquisa da Educação e da Divisão de Formação e Treinamento de Professores o certificado de Supervisão Escolar. Com essa habilitação exigida, ainda em 1966, foi designada pela Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba para exercer, em nível local, a função de Supervisora da Educação Primária, uma significativa promoção e ascensão na carreira do magistério, função que desempenhou até o ano de 1978, aliada à condição de Diretora Escolar já exercida

Quando ela concluiu o curso de supervisão, foi nomeada supervisora educacional no município de Cuité, mas manteve a função de diretora. Ou seja, passou a ter mais atividades escolares sob a sua responsabilidade [...] e ela conseguia atender com muita eficiência. (PEREIRA SOBRINHO, 2020).

Na passagem dos anos de 1960 e 1970, com a estruturação do governo autoritário no país, na conhecida década do “Milagre Brasileiro”,⁴² as políticas educacionais sofreram fortes e constantes intervenções internacionais. Essa fase sombria tem seu início com os doze acordos celebrados entre Brasil e EUA, conhecidos como MEC-USAID⁴³, interferindo diretamente nas

⁴²Período compreendido entre os anos de 1967-1973, caracterizado por medidas econômicas que visavam um rápido crescimento político e econômico, sob a direção do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, mas também estimulado por uma conjuntura econômica internacional. Sobre este momento, destacamos, a partir de Lago (s/d): “Diante do indubitável sucesso da política econômica em termos de promoção do crescimento econômico e de um inegável salto quantitativo e qualitativo da economia brasileira no período 1967-1973, resta destacar brevemente o impacto social da política econômica no período. Parece claro que os trabalhadores, de uma maneira geral, não se beneficiaram do crescimento da renda real do país de forma proporcional à sua evolução e piorou a distribuição da renda pessoal. Os salários, nos casos em que não sofreram declínio real, cresceram, na maioria das categorias, a taxas muito inferiores à da produtividade ou do produto *per capita* e o rendimento do trabalho não apresentou ganhos como percentagem da renda total. A infraestrutura social do país melhorou no período apreciavelmente, contrabalançando em parte a evolução dos rendimentos monetários. Mas, ainda que a questão mereça estudo mais detalhado, fica a impressão de que um crescimento muito satisfatório teria também sido possível com uma política salarial menos restritiva, maior liberdade individual e maior participação da massa da população nas decisões e nos frutos do crescimento.”

⁴³“Os Acordos MEC-USAID foram implementados no Brasil com a lei 5.540/68. Foram negociados secretamente e só se tornaram públicos em Novembro de 1966 após intensa pressão política e popular. Foram estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês) para reformar o ensino brasileiro de acordo com padrões impostos pelos EUA. Apesar da ampla discussão anterior sobre a educação, iniciada ainda em 1961, essas reformas foram implantadas pelos militares que tomaram o poder após o Golpe Militar de 1964. A reforma mais visível ocorreu na renomeação dos cursos. Os antigos cursos *primário* (5 anos) e *ginásial* (4 anos) foram fundidos e renomeados como *primeiro grau*, com oito anos de dura-

políticas educacionais em curso. Numa fase posterior, o referido acordo afetará os sistemas de ensino e sua legislação em todos os níveis, sob a lógica central do tecnicismo.

E é no bojo destas intervenções que as adequações educacionais passaram a ser efetivadas nos primórdios dos anos de 1970, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, a partir da Lei 5692/71. No caso das instituições escolares:

[...] estruturou o Ensino de 1º e 2º graus. As quatro séries do antigo Ensino Primário foram juntadas às quatro séries do Ensino Ginásial, formando o Primeiro Grau com 8 anos de duração, sem o estrangulamento do exame de admissão ao Ginásio, e procurando integrar em um único bloco, aquele que era tido como 1º Ciclo do ensino Secundário, sendo justaposto ao antigo primário. (FRANCISCO FILHO, 2001, p. 118).

O mesmo autor ressalta:

[...] Foi uma época muito difícil para a educação, embora seja necessário reconhecer que foi naqueles anos de governos militares que as escolas se abriram à população pobre, principalmente no nível secundário. Eliminaram barreiras da admissão ao ginásio e do Vestibulinho ao colegial [...] (FRANCISCO FILHO, 2001, p. 189).

ção. Já o antigo curso *científico* foi fundido com o *clássico* e passou a ser denominado *segundo grau*, com três anos de duração. O curso *universitário* passou a ser denominado *terceiro grau*. Essa reforma eliminou um ano de estudos, fazendo com que o Brasil tivesse apenas 11 níveis até chegar ao fim do segundo grau enquanto países europeus e o Canadá possuem um mínimo de 12 níveis.” Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Acordos_MEC-USAID> Acesso em 13/05/2020.

Em relação ao Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, este continuou como instituição responsável em prover a formação dos quatro anos das séries do Ensino Primário. As quatro séries do Ensino Ginásial, de conclusão do 1º Grau ficariam sob a responsabilidade do Colégio Estadual de Cuité que havia sido criado como esse nível de ensino em 1970 e, em 1976, passando a incorporar efetivamente os níveis de 1º e 2º Graus (Ginásio e Científico)⁴⁴, um pleito histórico da classe política da cidade, conquistada durante o governo de Ivan Bichara Sobreira.

Embora, já houvesse na cidade, desde os anos de 1960, uma instituição educacional de viés profissional, denominada inicialmente como Pedro Viana e, posteriormente, como Colégio Professor Clovis Lima, que ofertava os cursos técnicos do Pedagógico e Técnicas Comerciais, sob a responsabilidade da fundadora e diretora Maria Anita Furtado Coelho⁴⁵, renomada educadora pública, com grandes serviços prestados ao desenvolvimento educacional da região.

⁴⁴A escola iniciou suas atividades em 1970, como Ginásio Estadual de Cuité e, em 1976, passou a ser denominada Colégio Estadual de 1º e 2º Graus de Cuité (início do ensino de 2º grau). No ano de 1997, através de Lei Estadual, passou a ser denominada de Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Orlando Venâncio dos Santos.

⁴⁵Maria Anita Furtado Coelho nasceu em Cuité, em 15 de agosto de 1923 e faleceu em 20 de dezembro de 1997, vítima de um atropelamento de automóvel. Foi uma das precursoras do ensino profissionalizante de Cuité. Foi diretora do Grupo Escolar Vidal de Negreiros e inspetora do Instituto América. Fundadora e diretora do Colégio Professor Clovis Lima, função que ocupou até o dia do seu falecimento.

Figuras 28 - Lançamento da Pedra Fundamental do Colégio Professor Clóvis Lima, em 1971.



Fonte: Museu do Homem do Curimataú.

A LDB de 1961 possibilitava a equivalência entre os ensinos secundário e profissional, o que na prática viabilizaria às alunas diplomadas nas escolas normais ou pedagógicas, a exemplo de Maria Camélia Pessoa da Costa, prestarem o vestibular e, em sendo aprovadas, poderem ingressar no tão sonhado ensino superior.

Todavia, como discurremos anteriormente, Maria Camélia Pessoa da Costa optou por realizar Exames Supletivos Especiais para Habilitação Específica de Formação do Magistério, no Instituto de Educação da Paraíba, logrando êxito e sendo diplomada com todos os direitos e prerrogativas, no dia 02 de maio de 1973, em atendimento à Resolução 46/1972.

Essa decisão em realizar Exames Supletivos Especiais para Habilitação Específica de Formação do Magistério passava pela compreensão de que o Diploma adquirido no Curso Normal Regional de Cuité atendia apenas o 1º Ciclo, como assim reconheceu a Secretaria Estadual de Educação, através do Centro Regional de Supervisão, ao nomeá-la como Supervisora do Ensino Primário por tempo de serviço prestado, em 17 de julho de 1972:

Apesar da portadora ter apenas o Normal 1º Ciclo, foi beneficiada por ter mais de 10 anos de serviço, tendo sido enquadrada como professora do Ensino Primário, nível 5 - de acordo com a Lei nº 3 625/70 e Decreto nº 5 093/70. ⁴⁶

Dessa forma, além de consolidar a formação profissional, estava também habilitada a prestar vestibular, o que veio a ocorrer após aprovação e convocação publicada pela Faculdade de Educação, em 30 de junho de 1973, no curso de Licenciatura de Curta Duração em Supervisão Escolar.

⁴⁶Esta informação consta na Portaria de nomeação da Diretoria de Divisão de Currículos e Supervisão da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, em 17 de julho de 1972.

Figura 29 - Convocação da Faculdade de Educação, 1973.

João Pessoa — Sábado, 30 de Junho de 1973

Faculdade de Educação da UFPB.

NOTA

De ordem do Sr. Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Paraíba, tendo publicado que os Candidatos à Lista em Anexo, para os Cursos de Licenciatura de curta duração em Superfície, Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais, Artes Industriais e Educação para o Lar, deverão comparecer à esta Faculdade, às 07 horas do dia 03 de julho de 1973, munidos dos seguintes documentos:

- 1 — Certificados de conclusão dos I e II ciclos do Curso Secundário em equivalente e honorários escolares, em duas vias.
- 2 — Fotocópia de Carteira de Identidade;
- 3 — Carteira de Residência;
- 4 — Folha verde da escola;
- 5 — Atestado de matrícula no 3º e mensal, expedido por órgão oficial;
- 6 — Certidão de Nascimento;
- 7 — 2 recortes 3x4;
- 8 — Certidão de Casamento;
- 9 — Título de Eleitor;
- 10 — Declaração do Colégio em que estudou;
- 11 — Pagamento da taxa de R\$ 10,00 por disciplina.

Comentários: candidatos que o não comparecimento do candidato ao 7º horário após o início do Curso, implicará no cancelamento de sua classificação, sendo considerado automaticamente o colocado no imediato na escala classificatória.

CLASSIFICADOS NO CONCURSO VESTIBULAR DE 1973 LICENCIATURA DE CURTA DURAÇÃO EM SUPERFICIAÇÃO

01 — Jaciara Bezold da Costa Miranda	26 — Maria do Socorro Diniz
02 — Rosalva Maria Soares Evangelista	27 — Jaciara Odila Ferreira
03 — Raimundo do Socorro do Socorro Oliveira	28 — Sebastiana Rodrigues Vieira
04 — Maria José de Almeida	29 — Alca Riva de Almeida Farias
05 — Ana Lúcia Moura	30 — Jony Triguero de Almeida
06 — José Paulo Medeiros	
07 — Celia Maria Moreira Dantas	01 — Berenice Loug de Albuquerque
08 — Josina D'Assis Santiago de Almeida	02 — Maria do Carmo Duarte
09 — Arnão Pereira Moura	03 — Edgardes Franginês de Sousa
10 — Francisca Amanda, Geraldo Leite, Geraldina da Oliveira	04 — Maria José dos Medeiros
11 — Valéria do Sousa	05 — Maria dos Neves Luis Brasil
12 — Francilene Leite da Silva	06 — Edgard Evangelista Bezerra
13 — Maria Elizabeth Bezerra	07 — Edson Coêlho Maranhão
14 — Maria do Socorro Freitas	08 — Aracy Campa Bezerra
15 — Maria Carmelinda Pessoa da Costa	09 — Maria Nélia do Carvalho e Silva
16 — Maria da Encarnação Costa	10 — Francisca Gomes Neri
17 — Cleonice da Oliveira Costa	11 — Mercedes Gomes Rocha
18 — Jorgelina Bezerra Leite	12 — Tracy Danças de Zigueiro
19 — Edna de Fátima Jorg	13 — Teresinha da do Resende
20 — Maria Inês da Costa	14 — Lidia de Fátima de Silva
21 — Aurora Mendes	15 — Zolinda Bezerra Naves
22 — Maria Eunice B. de Medeiros	16 — Maria Ziméides de Medeiros
23 — Maria Leopoldina Bandeira	17 — Maria Palmeira Soraal
24 — Margareta Andrade	18 — Francisco Gomes Neri
25 — Maria Mercedes Braga Mendes	19 — Pedro Spicoli de Oliveira
26 — Maria do Socorro Medeiros	20 — Maria Tereza Costa
27 — Raimundo do Socorro Medeiros	21 — Pedro Daniel Neco
28 — Raimundo do Socorro Medeiros	22 — Alice de Sousa Nogueira
29 — Ana Maria Pereira da Silva	23 — Celso Afonso Filho
30 — Sílvia Palmeira Rodrigues	24 — Maria do Encarnação de Almeida
31 — Maria Vani Monteiro	25 — Francisco Rodrigues de Sousa Farias
32 — Maria de Fátima Gomes Andrade	26 — Maria Dalva da Silva
33 — Neuma Paulino de Brito	27 — Maria Gomes Oliveira de Albuquerque
	28 — Rozalva Pedro de Silva
	29 — Maria Fátima de Sousa
	30 — Manoel de Carmo Silva

LICENCIATURA DE CURTA DURAÇÃO EM ARTES INDUSTRIAIS

Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Os Cursos de Licenciatura Curta foram criados sob a vigência da Lei 5540/68, que tratava da Reforma Universitária e foram posteriormente amparados na Lei nº 5692/1971, no período mais obscuro do regime militar e visava, entre outras questões, proporcionar habilitações intermediárias de grau superior, segundo

o MEC, para tentar suprir as carências escolares, com a formação de maior número de professores em curto espaço de tempo, sobretudo para as regiões mais carentes do Norte e Nordeste do país.

Saviani (2008) denomina como produtivista a concepção de educação vigente neste período e destaca:

Essa concepção adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos”. (SAVIANI, 2008, p.297).

Segundo alguns estudiosos da educação, como Geraldo Francisco Filho (2001), tais cursos foram criados num ambiente de autoritarismo, portanto, se revelava uma formação aligeirada desprovida de debates e leituras e sem profundidades de conhecimentos de um curso regular, haja vista o tempo rápido de dois anos de estudos e a precariedade do material de ensino, pondo em relevo a experiência do aluno/professor da educação básica, como era o caso de Maria Camélia Pessoa da Costa.

Diplomada no Ensino Superior em Pedagogia pela UFPB, em 19 de julho de 1975, Maria Camélia Pessoa da Costa, além de continuar exercendo o cargo de Diretora do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, passaria a ampliar sua atuação na vida educacional e administrativa da cidade de Cuité, ocupando espaços de gestão e administração educacional nas esferas municipal e estadual.

Figura 30 – Certidão de Formatura, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
REITORIA
SECRETARIA DOS ORGÃOS COLIGADOS

CERTIDÃO

Da ordem do Secretário dos Órgãos Coligados, e com vista ao pedido verbal da pessoa interessada, em que solicita CERTIDÃO referente a sua Colação de Grau por esta Universidade Federal da Paraíba CERTIFICO que, revendo o livro de Atas das Assembleias Universitárias, não consta a ATA de 06 de março de julho de MIL NOVECENTOS e setenta e cinco..... DE 1935/35..... em cujo teor registra-se a concessão a GRAU DE LICENCIADA EM PEDAGOGIA (PARCELADO) - SUPERVISÃO ESCOLAR..... do CURSO DE..... PEDAGOGIA..... DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS..... de MARIÁ CAMÉLIA PESSOA DA COSTA..... E, para constar, em..... Nizéida Cesarina da Sousa..... desta S.O.C., outorgou-se a presente CERTIDÃO, sem emendas, omissões ou reservas, que vai por mim assinada e devidamente viada..... DA S.O.C. SECRETARIA DOS ORGÃOS COLIGADOS.....

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
Secretaria dos Órgãos Coligados.
em 10 de de 1978

Maria Cesarina da Sousa
Nizéida Cesarina da Sousa

REITORIA
10.11.78

VISTO:
José Nery da Sousa
José Nery da Sousa
Secretário

REITORIA - U. F. P.
EMOLUMENTOS PAGOS
S. O. C. 10.11.78

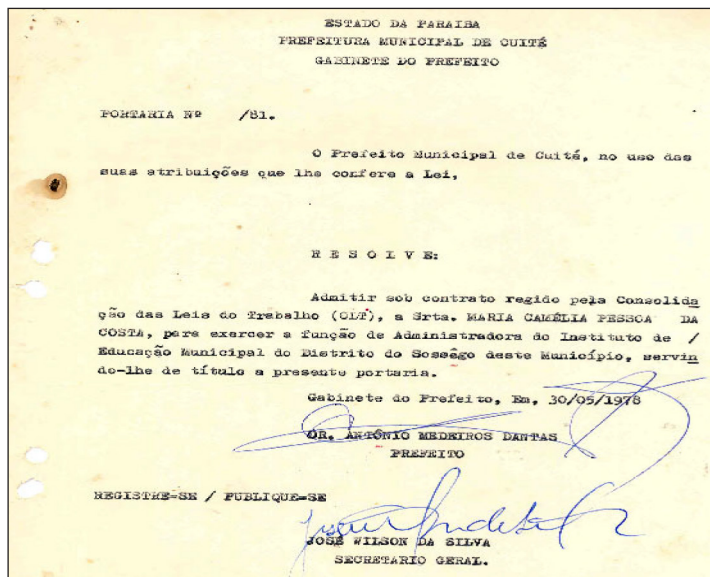
LISTA DE NOTAS

Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Em 30 de maio de 1978, a convite do então prefeito de Cuité, Dr. Antônio Medeiros Dantas⁴⁷, Camélia foi nomeada sob contrato da CLT, tendo como missão profissional administrar o Instituto de Educação Municipal José Vitorino de Medeiros, localizado no Distrito de Sossego. No período matutino e vespertino cumpria com as obrigações de supervisão e direção do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros. À noite deslocava-se para cuidar das atividades demandadas na gestão da citada instituição de ensino.

⁴⁷Antonio Medeiros Dantas é médico e foi prefeito de Cuité em três épocas distintas: 1977-1983 (ARENA/PDS), 1993-1997 (PMDB), 2005-2009 (PMDB). Foi deputado estadual constituinte: 1987-1991 (PMDB). Exerceu grande influência na política local e regional, em contextos de fortes polarizações políticas entre as famílias Venâncio e Pereira.

Figura 31 – Portaria de Nomeação Municipal, 1978.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Segundo José Pereira Sobrinho, esse momento de intensas atividades constituiu-se em grande desgaste físico e emocional para Maria Camélia Pessoa da Costa:

Era muito difícil para ela, tinha que lidar com públicos (alunos/professores) de realidades diferentes, apesar de ser um distrito no mesmo município... Aqui no Vidal de Negreiros e no José Vitorino. Algumas vezes ela chegou mesmo a desabafar comigo sobre essas dificuldades. (PEREIRA SOBRINHO, 2020).

Era o fim da década de 1970, e com mais de 50 anos de idade, ainda não passava pela cabeça de Camélia a ideia de parar, pois, o convívio com a instituição escolar era a parte mais importante da sua vida.

7 PASSOS FINAIS NA GESTÃO ESCOLAR

Em 1979, Maria Camélia Pessoa da Costa já tinha 52 anos de idade e 32 anos de experiência profissional como educadora, supervisora e gestora do ensino, podendo por tempo de serviço requisitar sua aposentadoria, em consonância com a legislação previdenciária vigente. No entanto, ainda não fazia parte dos seus planos afastar-se das atividades educacionais e passar à inatividade do serviço público.

Nesse contexto, quando ainda no exercício da direção e supervisão escolar no Grupo Escolar André Vidal de Negreiros e cumprindo demandas pedagógicas na rede municipal de ensino, Maria Camélia Pessoa da Costa, por reconhecimento da sua formação acadêmica e experiência profissional, foi designada pela recém criada Gerência Regional de Educação e Ensino do Curimatáu para compor a equipe do Projeto Pró-Municípios, no início do governo de Tarcísio de Miranda Burity.⁴⁸ Na oportunidade, ao lado de jovens profissionais de ensino, entre os quais, alguns ex-alunos, percorreu 12 cidades das regiões do Curimatáu e Seridó, fazendo visitas técnicas de supervisão e orientação pedagógica nas escolas estaduais.

Na passagem dos anos de 1970 a 1980, o país vivenciava um período de transição e mudanças. Havia um forte eco de reivindicações por abertura política,

⁴⁸Tarcísio de Miranda Burity foi um jurista, político, escritor e professor brasileiro. Nasceu em 28 de novembro de 1938 e faleceu em 8 de julho de 2003. Foi Secretário de Educação da Paraíba, Deputado Federal, duas vezes governador, sendo uma por indicação (1979-1982) e outra via eleição (1987-1991).

fato sacramentado nas vozes das ruas, impondo o fim do regime autoritário iniciado em março de 1964⁴⁹.

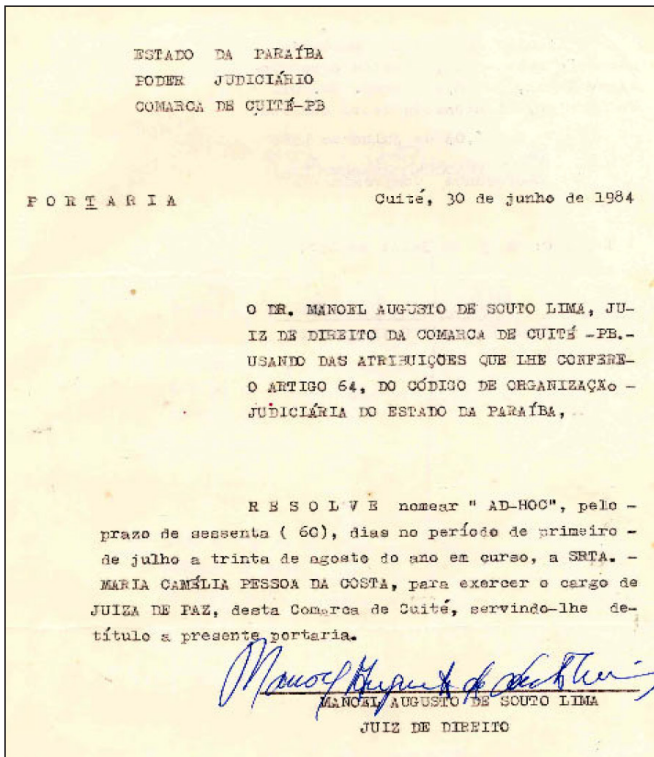
No contexto de abertura política era bastante expressivo o clamor popular por uma Assembléia Nacional Constituinte. Posto que, a legislação necessitaria adequar-se aos tempos renovados da redemocratização do país e, conseqüentemente, da necessidade de ampliação dos espaços de cidadania para homens e mulheres nas diversas camadas da sociedade brasileira.

No âmbito das lutas e reivindicações, havia um profundo olhar crítico ao modelo educacional tradicionalista e conservador, sustentado durante os 21 anos de ditadura militar. Em contrapartida, os movimentos sociais de educação levantavam bandeiras em defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade.

Nesse período dos anos de 1980, Maria Camélia Pessoa da Costa ainda era vista com muito respeito, pelo legado de dedicação ao ensino da cidade e região. De modo que, além dos compromissos educacionais, era figura presente e lembrada nos eventos e atividades institucionais. Exemplo do respeito que lhe era conferido, em 1984 foi nomeada *ad-hoc* como Juíza de Paz na cidade, pelo Tribunal de Justiça.

⁴⁹m 1979 era dado início à estratégica abertura política lenta, gradual e segura, segundo a ótica dos mentores intelectuais do sistema autoritários, como Golbery do Couto e Silva.

Figura 32 – Portaria de nomeação como Juíza de Paz, 1984.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Entre 1980 e 1987, Maria Camélia Pessoa continuava a exercer a função de Supervisora e Diretora nas esferas estadual e municipal. Dado o respeito alcançado ao longo da sua trajetória, era sempre ouvida e representada nas decisões institucionais. Segundo José Pereira Sobrinho:

Me parece que em boa parte dos anos 80 ela ficou exercendo no Vidal a função exclusiva de supervisão [...] Já tinham passado outros nomes na

direção da escola, mas ninguém ousava contestá-la em suas decisões [...] Havia muito respeito e ninguém tinha coragem de contestar suas decisões. (PEREIRA SOBRINHO, 2020).

Figura 33 – Presença de Camélia entre as velhas e novas educadoras. Fins dos anos 1980, início dos anos de 1990.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Figura 34 – Camélia Pessoa ao lado de colegas e alunas, em atividades escolares, final dos anos de 1980.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Mesmo gozando forte respeito junto à comunidade escolar, os modos de atuação de viés tradicional já passavam a ser questionados por alunos, professores e familiares. Era outro momento da vida educacional do país. Os agentes escolares clamavam por democracia e, como tal, passavam a pautar a necessidade de compartilhar importantes decisões administrativas e pedagógicas, fazendo valer na prática o conceito de participação.

Nesse quesito de participação, já entrava na agenda educacional no Brasil, antes mesmo da aprovação da LDB - nº 9.394, que ocorreria em 20 de dezembro de 1996, a defesa das eleições democráticas para direção das escolas públicas do país. Todavia, apesar dos questionamentos ao modelo tradicional de gestão exercido por Maria Camélia Pessoa da Costa, em 1987, aos 60 anos de idade, era mais uma vez nomeada Diretora do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros.

Porém, a nomeação, à época, um ato exclusivo do executivo estadual, ocorreu em consonância com amplos debates e reuniões na comunidade, envolvendo alunos e professores. De modo que, a administração do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros decidiu realizar sua primeira eleição direta para diretor escolar. Certamente, um fato histórico memorável, considerando a tradição administrativa daquela instituição de ensino, desde sua fundação em 1943.

Era uma eleição que fizeram para diretor do Vidal. Na época ainda não se falava oficialmente em eleição para diretor escolar [...] Isso foi uma conquista posterior [...] E o Vidal fez essa eleição isoladamente. (PEREIRA SOBRINHO, 2020).

Ela se orgulhava muito de ter sido a primeira diretora eleita do Grupo Vidal de Negreiros, por professores e alunos [...] porque o Vidal era a vida dela, desde a mocidade até se aposentar, era muita história [...] (PESSOA, 2019).

Por reconhecimento de sua dedicação ao Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, a comunidade lançaria, por consenso, o nome de Maria Camélia como candidata única à direção naquela eleição. Era um momento de celebração de uma carreira profissional, quando a referida educadora já intentava solicitar sua aposentadoria como servidora pública estadual.

Figura 35 – Camélia Pessoa ao lado de professoras e alunos/as, no dia da votação para escolha da Direção do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, 1987.

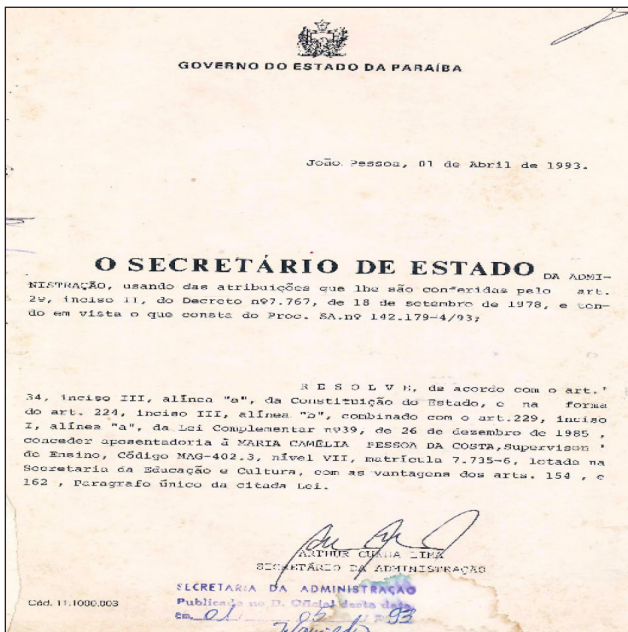


Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

No dia 1º de abril de 1993, após uma longa trajetória de formação, inicialmente como aluna do ensino

primário, matriculada em 1943 e, posteriormente, como professora, concursada e nomeada, em 25 de março de 1955, Maria Camélia Pessoa da Costa finalmente encerrou a trajetória de professora, supervisora e diretora no serviço público estadual, tendo portaria assinada pelo Secretário Estadual de Administração, Arthur Cunha Lima (Figura 36).

Figura 36 – Portaria de concessão da aposentadoria, 1993.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Assim, após 46 anos de vida educacional no estado, destes, 37 anos de dedicação ao Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, Maria Camélia Pessoa da Costa deixava escrita uma mensagem de gratidão por todas as conquistas alcançadas em sua trajetória profissional:

Agradeço sempre a Deus, meus queridos ex-alunos, professores, auxiliares e pais de alunos por tudo que fiz. Ajudar ao próximo sempre me deixou e me deixa feliz. Agradeço a Deus por tudo que me proporcionou, principalmente a fé que tenho e a minha saúde. (Maria Camélia Pessoa da Costa, 1993)⁵⁰.

Em seus últimos dias como diretora no Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, Maria Camélia receberia inúmeras homenagens da comunidade escolar. Por sua formação católica de catequista e ministra da eucaristia, foi realizada na própria instituição uma celebração religiosa. O evento contou com a presença de autoridades locais, amigos, familiares, alunos e ex-alunos, que se destacaram na vida profissional e, na oportunidade, fizeram votos de reconhecimento e gratidão à velha educadora.

Figura 37 - Celebração religiosa de despedida de Maria Camélia Pessoa da Costa, 1993.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

⁵⁰Texto escrito numa folha datada de 1993.

Todavia, aposentada no serviço público estadual, Maria Camélia Pessoa da Costa continuaria com vínculos na Secretaria de Educação do Município de Cuité, exercendo atividades de supervisão escolar. Pela vasta experiência como gestora do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, em 1998, durante o primeiro governo do prefeito Osvaldo Venâncio dos Santos Filho, mais uma vez, foi convidada a exercer um cargo de Direção Escolar, agora no Grupo Escolar Ministro José Américo de Almeida, instituição educacional onde ficou à frente da administração por pouco mais de dois anos.

Figura 38 - Maria Camélia Pessoa da Costa, anos 1990.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Mesmo tendo raízes numa família tradicional de influência histórica de poder na cidade de Cuité, Maria Camélia sempre colocou a profissão educacional acima

dos embates e paixões políticas. Não à toa, ao longo da sua trajetória escolar agregou respeito e admiração das lideranças de partidos adversários:

Ela era uma daquelas pessoas vista com muito respeito e admiração aqui em Cuité [...] gostasse ou não dela [...] independente das disputas políticas, ela não era cobrada a ter uma posição, nem de um lado e nem do outro [...] mesmo ela tendo suas preferências conhecidas aqui na cidade. (PEREIRA SOBRINHO, 2020).


Apesar da sua postura moderada, distante e sem envolvimento direto nas paixões partidárias, Camélia Pessoa, três dias após as eleições municipais de 2000, foi surpreendida com a portaria de sua exoneração do cargo em Comissão da Administração Escolar, dispensando-a das funções que exercia desde 1998, como diretora no Grupo Escolar Ministro José Américo e Almeida.

O ato de exoneração foi recebido com profunda tristeza e decepção, posto que foi interpretado por Camélia como tendo sido um gesto de perseguição ou retaliação política, por não ter cerrado fileiras no projeto de reeleição do então prefeito Osvaldo Venâncio dos Santos Filho⁵¹.

Embora seja considerada uma postura atrasada, porém corriqueira, os atos de exonerações de adversários ou aliados, vistos como traidores, sempre foram utilizados como instrumentos de demonstração de força política dos candidatos vitoriosos nos pleitos eleito-

⁵¹Osvaldo Venâncio dos Santos Filho é líder político de família tradicional de Cuité. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal (1989-1993), vice-prefeito (1993-1997), prefeito eleito (1997-2001) e reeleito e (2001-2005) e suplente de deputado estadual (2011-2015).

rais, principalmente nas pequenas cidades, como Cuité. Sobre o referido episódio, Camélia deixaria registrado em documento de memória cronológica: “fui exonera- da por questões de ajustes administrativos e por ser de partido contrário”. (Maria Camélia Pessoa da Costa, s/d).



*Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Cuité
Gabinete do Prefeito*

Ofício nº 204/2000 *Cuité (PB), 09 de Outubro de 2000.*

*Do: Exmº Sr. Prefeito Constitucional do Município de Cuité
A : Srª Professora Maria Camélia Pessoa
Nesta*


Sr. Professora

Venho pelo presente, agradecer a valorosa contribuição a nossa administração no período em que estive à frente da Direção da Escola Municipal “Ministro José Américo”, contribuição esta que tanto nos honra tendo em vista, a vida de dedicação e compromisso com a educação do nosso município.


Entretanto, por questões de ajustes administrativos não foi mais possível mantê-la no corpo docente daquela escola..

Mais uma vez agradeço toda a dedicação com que dirigiu a mesma ao mesmo tempo em que renovo a Vossa Senhoria os meus votos de estima consideração e apreço.

Atenciosamente,



Osvaldo Venâncio dos Santos Filho
Prefeito



Rua 25 de Janeiro, nº 307 – Centro – Cuité – Paraíba – CEP: 58175-000
Telefons: (083) 372-2447 – Fax (083) 372-2284 – E-mail – pmcuité@netwaybba.com.br

8 CONSAGRAÇÃO DE UMA CAMINHADA

O século XXI chegou para Maria Camélia Pessoa da Costa com novas perspectivas de vivenciar o tempo: de um lado significou um momento de recolhimento ao lado dos familiares e amigas da sua geração; por outro, a oportunidade de participar mais ativamente dos eventos pastorais da igreja católica de Cuité, como registrou em 2014 em escrito de homenagem à “grande mestra”, o jornalista Alzenado Macedo Costa, em evento festivo no Grupo Escolar André Vidal de Negreiros:

Ao se aposentar não ficou parada, foi trabalhar voluntariamente, na Igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês, em Cuité. Foi catequista, ministra da eucaristia, zeladora do Coração de Jesus. Colaboradora sempre da festa da padroeira e na secretaria paroquial de Cuité. (Alzenado Macedo Costa, texto lido em ato festivo, em 2014)⁵².

Mesmo após a aposentadoria, dedicando tempo exclusivo às causas religiosas do catolicismo, Maria Camélia Pessoa da Costa receberia muitas homenagens dos cuiteenses. E, como sempre, sendo lembrada e referenciada em diversos eventos públicos de Cuité.

Em 2002, a Loja Maçônica Pedro Viana da Costa, onde havia lecionado matemática em curso profissionalizante, entre os anos de 1968 e 1969, decidiu por unanimidade dos confrades atribuir o título de Honra ao Mérito à Maria Camélia Pessoa da Costa, por reconhecimento dos mais de 50 anos de serviços prestados à educação de Cuité.

⁵²Texto digitado para leitura por ocasião do evento, encontrado entre os “guardados” de Maria Camélia Pessoa da Costa.

Sete anos depois, em 2009, seria também agraciada com a Medalha de Honra ao Mérito pelo legislativo municipal. Por unanimidade, o parlamento reconhecia com esta decisão os relevantes serviços prestados por Maria Camélia Pessoa da Costa à educação da cidade, principalmente, na condição de gestora e supervisora educacional, no estado e município.

Nos anos seguintes seria o momento de receber muitas homenagens da própria instituição escolar EEEF André Vidal de Negreiros, quando da oportunidade festiva de comemoração dos 60 anos da escola e, posteriormente, com a inauguração de reforma e ampliação da estrutura escolar⁵³.

Em um dos eventos no Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, foi provocada a se posicionar sobre como gostaria de ser homenageada e lembrada naquela instituição, como narra a sobrinha Myria Pessoa:

Foi numa das festas do Vidal, acho que no aniversário de 60 anos da escola, com a presença de muitos ex-alunos, autoridades [...] o diretor, acho que era professor Euflávio, perguntou como ela gostaria de ser homenageada [...] foi um pouco antes da inauguração do ginásio da escola... tinham pensado em colocar o nome dela [...] Mas nesse dia ela respondeu que gostaria de ser lembrada com nome na banda marcial da escola [...] Foi ela que fundou a banda da escola [...] (PESSOA, 2019).

⁵³Em janeiro de 2013 o então governador Ricardo Coutinho declarou no <https://twitter.com/realrcoutinho>: “Escola Vidal de Negreiros, patrimônio de Cuité. É de 1942. Inauguro a reforma e construção de ginásio. 1 milhão”.

Em 23 de janeiro de 2016, embora bastante lembrada em evento comemorativo, por motivos de saúde, Maria Camélia Pessoa da Costa não participou da inauguração das obras de reforma e ampliação realizadas no EEEF André Vidal de Negreiros⁵⁴, principalmente, do moderno ginásio de esportes e que teria o nome do amigo de muitas décadas de trabalho, Heleno Otaviano da Costa⁵⁵.

Em presença de professores, alunos do EEEF André Vidal de Negreiros e muitas autoridades regionais, entre elas, deputados, prefeitos e o governador Ricardo Vieira Coutinho, foi representada pelo sobrinho neto e ex-aluno da escola, Secretário de Estado, Tárccio Pessoa, que discorreu sobre o legado de Maria Camélia Pessoa da Costa à educação da cidade, por mais de 50 anos.

⁵⁴ A última restauração no Grupo Escolar André Vidal de Negreiros havia ocorrido em setembro de 1965, numa realização conjunta dos governos do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte, dentro do programa Aliança Para o Progresso, na gestão do então governador Dr. Pedro Moreno Gondim e do Secretário da Educação e Cultura Dr. Antonio Nominando Diniz.

⁵⁵ Heleno Otaviano da Costa era uma espécie de vigilante e faz-tudo, sua principal tarefa era zelar e proteger a estrutura do Grupo Escolar André Vidal de Negreiros. Ficou popularmente conhecido pelos alunos da cidade como “Tio Heleno”, vigilante sisudo e que botava para correr os meninos desobedientes que ousavam brincar na escola em horários em que estava fechada ao público.

Figura 40 – Secretário de Estado Tárccio Pessoa homenageando Camélia Pessoa, 2013.



Fonte: Arquivo Pessoal de Tárccio Pessoa.

Mesmo não tendo comparecido ao evento do EEEF André Vidal de Negreiros, naquela histórica manhã de 23 de janeiro de 2013, receberia em sua residência o professor Aléssio Trindade, Secretário Estadual de Educação. Na oportunidade o gestor estadual entregou em mãos a Maria Camélia Pessoa da Costa uma placa assinada pelo governador Ricardo Vieira Coutinho, declarando em nome do estado o reconhecimento e gratidão pelos serviços prestados à educação da Paraíba.

Figura 41 - Camélia Pessoa recebendo placa em sua homenagem, 2013.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Apesar da idade avançada e saúde fragilizada, Maria Camélia Pessoa da Costa continuaria exercendo com afino suas atividades na matriz de Cuité. Era muito comum encontrá-la participando das organizações festivas e religiosas da padroeira, dos novenários e das constantes aulas de catecismo.

Porém, em 07 de agosto de 2014, Maria Camélia Pessoa da Costa sofreria uma perda muito dolorosa, a morte da amiga e irmã de convívio, a professora Helena Pessoa:

Depois da morte de mainha (Helena Pessoa) ela ficou muito fragilizada, muito abatida, com uma leve depressão [...] A partir daí a saúde dela se debilitou muito [...] Tinha uma moça que ficava com

ela durante o dia e uma outra à noite. Percebendo meu sofrimento, ela decidiu que ficaria dormindo em minha casa por um tempo. (PESSOA, 2019).

Figura 42 - Maria Camélia Pessoa e Helena Pessoa, 2014.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Em fevereiro de 2016, passadas as inaugurações do EEEF André Vidal de Negreiros, Camélia pediu à sobrinha Myria Pessoa para conhecer as novas instalações da escola. Em sua companhia percorreu corredores, salas de aulas, cantina, biblioteca, sala de informática, ginásio e outros espaços. Conversou com professores/as e alunos/as e sentou pela última vez na cadeira da direção da escola.

Como ela não tinha participado da inauguração, pediu para que eu fosse com ela até o Vidal de Negreiros, visitou o ginásio, cada canto, sala por sala e conheceu as modificações. Falou com

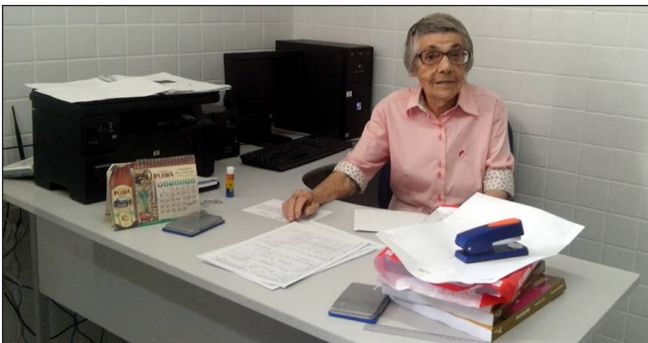
alunos professores [...] lembrou como tudo era antes [...] fez uma verdadeira retrospectiva [...] a educação de ontem, como a família se envolvia, os alunos daquela época [...] e como os alunos são hoje. Ela disse: ‘não sei se conseguiria ser diretora hoje’ [...] Fez um último pedido: ‘quero sentar na cadeira do diretor’. (PESSOA, 2019).

Figura 43 e 44 – Camélia em visita ao EEEF André Vidal de Negreiros, 2013.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Figura 45 – Camélia na sala Direção do EEEF André Vidal de Negreiros, 2013.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

A última visita ao Grupo Escolar André Vidal de Negreiros era para Maria Camélia Pessoa da Costa um momento de reencontro de memórias, saudades e, certamente, despedidas.

Apesar das modificações realizadas nas estruturas físicas, ainda permaneciam as lembranças da adolescência e do difícil começo da formação. Tantas outras lembranças: festas, reuniões, atividades culturais e cívicas, ex-alunos/as, colegas de trabalho. Mas, havia certamente a consciência do seu dever cumprido, do êxito de uma missão.

Em 05 de março de 2016, Maria Camélia Pessoa da Costa comemorou com familiares e amigos o aniversário de 89 anos de idade, o último de sua trajetória de vida.

Figura 46 - Camélia em seu último aniversário, 2016.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Em 04 de junho de 2016, em um dos raros momentos na sua residência, emocionou-se com a Banda Filarmônica “Maria Camélia Pessoa da Costa”, que na oportunidade desfilava pela cidade e preparou uma rápida apresentação em sua homenagem. Na manhã do dia seguinte faleceu, vítima de um infarto fulminante.

A morte de Maria Camélia Pessoa da Costa foi noticiada amplamente nos meios de comunicações regionais e nas redes sociais, através de inúmeras postagens. Ex-alunos/as, amigos/as, familiares e muitas autoridades manifestaram-se com notas de pesar e lembranças da velha educadora. A comunidade da Paróquia Nossa Senhora das Mercês rendeu homenagens e orações: “Dona Camélia que tanto trabalhou pela educação de Cuité e pelo crescimento de nossa paróquia”.

A prefeitura municipal divulgou nota de pesar e luto. Professores, alunos e outros profissionais do EEEF André Vidal de Negreiros prestaram homenagens à antiga diretora, cabendo à Gerência da 4ª Regional de Educação divulgar uma nota: “A educação de Cuité e região perdeu um grande nome. Ex-diretora da Escola Estadual Vidal de Negreiros, Camélia também ocupou o cargo na rede municipal de ensino”.⁵⁶ Do mesmo modo, o Centro de Educação e Saúde (CES/UFCEG), Campus de Cuité, também manifestou em nome da comunidade universitária condolências aos familiares e amigos.

Das muitas homenagens a Maria Camélia Pessoa da Costa por ocasião do seu falecimento, destaca-se a que foi prestada pela professora Jaci Azevedo, na publicação em uma rede social, no dia 06 de junho de 2016:

⁵⁶Homenagem publicada no <http://www.portaldocurimatau.com.br/>, em 05 de junho de 2016.

Por muitas vezes, deparei-me com a frase: “No tempo de dona Camélia...”, que sempre era concluída com observações sobre o mundo da educação. Fico aqui pensando que o tempo de dona Camélia deve ter sido muito difícil... Ser educadora quando mais se falava em ensinar do que em educar. Ser gestora nos chamados “Anos de Chumbo”, o período da ditadura, apoiando-se em leis que, nem de longe, falavam em coisas como tolerância e inclusão. Mesmo assim, essa leoa com nome de flor colaborou para a formação de sabe-se lá quantas mães e quantos pais de família... Quantos profissionais, quantos adultos que hoje estão aí, na batalha, possivelmente não tiveram através de dona Camélia, o primeiro contato com o limite e a responsabilidade? A importância de dona Camélia, na educação de hoje e na de outrora, é inegável. E, “parafrazeando” um pouquinho aquela conhecida marchinha, por aqui a nossa Camélia não se limitou a três suspiros... Não morreu, porque está imortalizada na nossa memória. E nós, as jardineiras, estamos todos tristes. Vai em paz, dona Camélia. E muito obrigada por tudo. (AZEVEDO, 2016).

No ano seguinte ao seu falecimento, em 2017, a Direção da Escola Estadual Cidadã Integral Técnica Jornalista José Itamar da Rocha Cândido, em Cuité, decidiu também prestar uma homenagem a Maria Camélia Pessoa da Costa, inaugurando a biblioteca da instituição com o nome da referida educadora. Na entrada, ficou afixado um mural documentando sua longa trajetória de dedicação à educação da cidade.

Figura 47 – Biblioteca Maria Camélia Pessoa da Costa, 2017.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

Figura 48 – Mural da Biblioteca Maria Camélia Pessoa da Costa, 2017.



Fonte: Arquivo Pessoal de Myria Pessoa.

A edificação da Biblioteca Professora Maria Carmélia Pessoa da Costa como espaço de leituras e memórias é parte de um necessário reconhecimento histórico e cultural, evitando assim o silenciamento e o esquecimento do legado de uma profissional que dedicou mais de 50 anos de sua vida pessoal à educação de Cuité.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De raízes familiares tradicionais, porém, órfã de pai, Maria Camélia Pessoa da Costa nasceu e cresceu ao lado dos irmãos/as num ambiente doméstico marcado por muitas dificuldades e privações materiais. Como uma mulher do seu tempo, foi educada num contexto de tradição patriarcal, cuja presença do feminino ainda se restringia ao ambiente doméstico. E, como era comum nesse cenário, ler escrever e pensar ainda eram atributos e privilégios restritos ao masculino e para poucos, considerando a realidade do analfabetismo na Serra do Cuité dos anos 20, 30 e 40 do século XX.

Nessa época da infância e juventude de Maria Camélia Pessoa da Costa, cabia à mulher a obediência religiosa como regra divina. E o futuro mais promissor que lhe era reservado restringia-se em assegurar um bom matrimônio, por conseguinte, a procriação como condição inviolável da sua natureza.

Porém Maria Camélia Pessoa da Costa escolheu rumar outro caminho, seguir outro destino. Não casou, não teve filhos, e nada se sabe da sua vida afetiva. Com apoio da mãe viúva se alfabetizou ao lado dos irmãos/as. Seguiu na escolarização primária e ginásial, sendo inicialmente alfabetizadora e educadora das primeiras letras. Ainda jovem prestou concurso no estado. Nomeada como profissional do magistério por sua formação de normalista no Instituto América, realizou anos seguintes exames supletivos secundários, alcançando, por fim, o sonho de aceso ao nível superior, no curso de pedagogia da UFPB, nos anos de 1970.

De personalidade forte e rígida, Maria Camélia Pessoa da Costa viveu a ambiguidade de ser uma mu-

lher temida e amada. Porém, sempre muito respeitada pelos colegas de trabalho nas decisões que tomava, dado o conhecimento apurado e zelo pela coisa pública da educação, missão que sempre teve orgulho de externar como sendo a maior de sua vida, no que pese os baixos vencimentos, que nem de longe se compatibilizavam com seu espírito profissional.

Em mais de 50 anos de dedicação ao ensino, Maria Camélia Pessoa da Costa testemunhou grandes acontecimentos que marcaram a educação brasileira no século XX, a partir das reformas que impactaram na qualificação dos recursos humanos e das questões de ordem curricular e pedagógica. Nas travessias reformistas da legislação, consolidou o papel de educadora, supervisora e, principalmente, diretora da escola pública Grupo Escolar André Vidal de Negreiros, de Cuité.

Portanto, a tarefa dessa modesta obra foi tentar historiar momentos dessa memória educacional tão longa e complexa, intentando a construção de uma biografia educacional de Maria Camélia Pessoa da Costa, através de registros pessoais de cronologia, documentos oficiais, recortes de jornais, correspondências, imagens e entrevistas.

E, por fim, ao buscar em arquivos, públicos ou privados, fragmentos de memórias guardadas de uma mulher professora, estabelecendo elos entre sua vida e a de sua localidade em seu tempo, intentamos contribuir para que a história das mulheres se torne parte da coletividade e assegure-lhes uma existência real na sociedade a partir do conhecimento e publicação de suas práticas e experiências.

Tarefas que esperamos ter alcançado!

REFERÊNCIAS

ACORDOS MEC_USAID. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Acordos_MEC-USAID. Acesso em 13/05/2020.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval et al (Org.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea. p. 59-107.

A UNIÃO, João Pessoa, 20 fev. 1958.

AZEVEDO, Jaci. *Por muitas vezes....* 06 de junho de 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/jaci.azevedo.35?ref=br_rs, Acesso em: 03/03/2020.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, C. B.; BACELLAR, C.; GRESPAN, J.; NAPOLITANO, M.; JANOTTI, M. de L.; FUNARI, P. P.; LUCA, T. R.; BORGES, V. P.; ALBERTI, V. (Orgs.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 203-233.

BRASIL Decreto-Lei N. 8.530 - de 02 de janeiro de 1946. Lei orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 12/05/2020.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília,

20 de dezembro de 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-actualizada-pl.html>. Acesso: 30/05/2020.

BRASIL. Presidente (1930-1945: Getúlio Dornelles Vargas). Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1933. 179 f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>. Acesso em 10/01/2020.

BRASIL. Presidente (1954-1955: João Fernandes Campos Café Filho). Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 de março de 1955. 270 f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>. Acesso em 03/03/2020.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Arquivo Zila Mamede*: inventário. São Paulo: Editora Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017.

CÂNDIDO, Aécio. O perfil da professorinha primária mudou muito nas últimas décadas. In: *Jornal defato.com*. Coluna Opinião, página 03. Mossoró, sábado, 20 de julho de 2019.

CARVALHO, Ivan Lira de. *A dignidade como patrimônio*. 2 ed. Natal: Editora 8, 2019.

CAVALCANTE, Elane Candido; FERREIRA, Tatiane da Conceição; NUNES, Maria Lúcia da Silva Nunes. A educação de Adultos na Paraíba nos anos 1950: o olhar da educadora Daura Santiago Rangel. In. IV *Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais*: subjetividades e contradiscursos, 2013, João Pessoa. *Anais ...* João Pessoa: Editora da UFPB. p. 1-11.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. Entrevista concedida a Charliton José dos Santos Machado. Cuité. 10 mai. 2020.

CAVALCANTI, Valesca Marques. *Família, política e propriedade fundiária*: os dilemas da herança entre membros da elite no município de Cuité (PB). 2018. 172f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2018.

CHAMON, Magda. *Trajetória de feminização do magistério*: ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CORALINA, Cora. Mestra Silvina. In. CORALINA, Cora. *Vintém de Cobre*: meias confissões de Aninha. 10 ed. São Paulo: Global. 2013. p. 129-130.

ESCOLA ESTADUAL DE Ensino Fundamental André Vidal de Negreiros. Disponível em: <https://vidaldenegreiros.wixsite.com/novidal>. Acesso em 24/04/2020.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. *A educação brasileira no contexto histórico*. Campinas/SP: Editora Alínea, 2001.

DOSSE, François. *O desafio biográfico*: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DUARTE DE SÁ, Giovanni Alves. Biografia à luz da perspectiva sociológica: reflexões e apontamentos teórico-metodológicos. In: MACHADO, Charliton José dos Santos, NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. (Orgs.). *Exercício da escrita (auto) biográfica*. Fortaleza: EDUECE, 2019. p. 19 – 36.

GILL, Scherto. Métodos de história de vida e narrativa. In: SOMEKH, Bridget & LEWIN, Cathy (Orgs). *Teoria e métodos de pesquisa social*. Tradução Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 215-224.

IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22/01/2020.

LAGO, Luiz Aranha Correia. *Milagre econômico brasileiro*. Verbete. Disponível em <<http://www.fgv.br/cp-doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>> Acesso em 12/05/2020.

LEI ORGÂNICA DO ENSINO NORMAL, *DECRETO-LEI N. 8.530 - DE 2 DE JANEIRO DE 1946*. Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1946, 125 de Independência e 58º da República. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Developmento/decreto-lei%20n.%208.530%20%96%20de%20%20de%20janeiro%20de%201946%20%20lei%20organica%20ensino%20normal.htm> Acesso em 12/05/2020.

LIMA, Eliane de Brito Freires. Entrevista concedida a Eliel Soares. Cuité. 26 jun. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

MACHADO, Charliton José dos Santos. *Zila Mamede: trajetórias literárias e educativas*. Campina Grande: Editora EDUEPB, 2010.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. *Tudo azul com Dona Neuza: poder e disputa local em 1968*. Fortaleza: Editora EDUECE, 2019.

MACHADO, Charliton José dos Santos, NUNES, Maria Lúcia da Silva; MENEZES, Cristiane Souza de. A mulher e a educação: pelos fios da memória. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. (Orgs.). *Educação e Educadoras na Paraíba do Século XX: práticas, leituras e representações*. João Pessoa: Editora UFPB, 2009. p. 15-25.

MELO, Salânia Maria Barbosa. *A construção da memória cívica: espetáculos de civilidade no Piauí (1930-1945)*. Teresina/PI: Editora EDUFPI, 2010.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Editando o legado pioneiro: o arquivo de uma educadora. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio, BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa dos Santos (Orgs.) *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p. 123-144.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PEREIRA SOBRINHO, José. Entrevista concedida a Charliton José dos Santos Machado. João Pessoa. 18 abr.2020.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PESSOA, Myria. Entrevista concedida a Charliton José dos Santos Machado. Cuité. 17 jul. 2019.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das Cadeiras Isoladas à era dos Grupos Escolares na Paraíba*. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 2002.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. A era das escolas rurais primárias na Paraíba. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; SCOCUGLIA, Afonso Celso (Orgs.) *Pesquisa e historiografia da educação brasileira*. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 2006. p. 133-160.

PINHEIRO, José Gledison Rocha. *O diário de Dalila: poética, testemunho e tragédia na formação do indivíduo moderno*. Salvador: EDUNEB, 2017.

RODIGUES, Denise Simões; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. O uso do docu-

mento na pesquisa sócio-histórica. In: MARCONDES, Maria Inês, TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. *Metodologias e técnicas de pesquisa em educação*. Belém: Editora UEPA, 2010. p. 75-90.

SABINO, Raquel do Nascimento. *Reminiscências da Professora Clemilde Torres Pereira da Silva: sua contribuição às instituições-memória da Paraíba (1942-2013)*. 2016. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, 2016.

SANTIAGO, Padre Luiz. *Serra do Cuité: sua história, seus progressos, suas possibilidades*. João Pessoa: Gráfica Imprensa, 1936.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do Regime Militar. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf> > Acesso em 13/05/2020.

SILVA, Eliane de Moura. *O ensino no Grupo Escolar Vidal de Negreiros (GEVN) nas décadas de 1940 a 1960*. 2012. 138f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, Bahia, 2012.

SOARES, Eliel. Tópicos da política cuiteense: “mapas”, atos e fatos. In: Araújo, I; JUNIOR, D, SOARES, E & PEREIRA, J. (Orgs.). *Nossa terra, nossa gente: tópicos históricos sobre o município de Cuité*. Cuité-PB: Editora: MC2Ediction, 2019. p. 33-44

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

TRAVANCAS, Isabel. Entrando no arquivo de Drummond e lendo suas crônicas na imprensa. In: TRAVAN-

CAS, Isabel, ROUCHOU, Joelle e HEYMANN, Luciana. (Orgs.) *Arquivos pessoais: reflexos multidisciplinares e experiências de pesquisas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 229-248.

VIDAL, Diana Gonçalves; VICENTINI, Paula Perin (Orgs.). *Mulheres inovadoras no ensino: São Paulo nos séculos XIX e XX*. 2ª ed. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2019.

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO VERNÁCULO

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a correção gramatical e estilística do livro intitulado **Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do novo Acordo Ortográfico Lusófono, vigente desde 1º de janeiro de 2009.

Fortaleza-CE, 01 de julho de 2020.

Maria Lúcia da Silva Nunes

Maria Lúcia da Silva Nunes



DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO TÉCNICA

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a normalização técnica do livro intitulado **Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos das normas vigentes decretadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fortaleza-CE, 01 de julho de 2020.

Maria Lúcia da Silva Nunes

Maria Lúcia da Silva Nunes

COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

01. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente infrator no Brasil*: breve contextualização histórica. Fortaleza: EdUECE, 2014. 105 p. ISBN: 978-85-7826-199-3.
02. VASCONCELOS, José Gerardo. *O contexto autoritário no pós-1964*: novos e velhos atores na luta pela anistia. Fortaleza: EdUECE, 2014. 63 p. ISBN: 978-85-7826-211-2.
03. SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza; BRANDENBURG, Cristine; SANTOS JÚNIOR, Francisco Fleury Uchôa (Org.). *Educação e saúde*: um olhar interdisciplinar. Fortaleza: EdUECE, 2014. 212 p. ISBN: 978-85-7826-225-9.
04. SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula (Org.). *Golpe de 1964*: história, geopolítica e educação. Fortaleza: EdUECE, 2014. 342 p. ISBN: 978-85-7826-224-2.
05. SILVA, Sammia Castro; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza (Org.). *Capoeira no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 156 p. ISBN: 978-85-7826-218-1.
06. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; PETIT, Sandra Haydée; SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques (Org.). *Tudo que não inventamos é falso*: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a sociopoética. Fortaleza: EdUECE, 2014. 488 p. ISBN: 978-85-7826-219-8.
07. PAULO, Adriano Ferreira de; MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo; MARQUES, Janote Pires; LIMA, Jeimes Mazza Correia; VIEIRA, Luiz Maciel Mourão (Org.). *Ensino de História na educação básica*: reflexões, fontes e linguagens. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p.
08. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; PAZ, Sandra Regina (Org.). *Políticas, currículos, aprendizagem e saberes*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p. ISBN: 978-85-7826-245-7.
09. VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza (Org.). *História e práticas culturais na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 229 p. ISBN: 978-85-7826-246-4.
10. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; SILVA JÚNIOR, Roberto da (Org.). *Teologia, História e Educação na contemporaneidade*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 160 p. ISBN: 978-85-7826-237-2.
11. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério (Org.). *Biografia de mulheres*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 163 p. ISBN: 978-85-7826-248-8.
12. MIRANDA, José da Cruz Bispo de; SILVA, Robson Carlos da (Org.). *Entre o derreter e o enferrujar*: os desafios da educação e da formação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2014. 401 p. ISBN: 978-85-7826-259-4.
13. SILVA, Robson Carlos da; MIRANDA, José da Cruz Bispo de (Org.). *Cultura, sociedade e educação brasileira*: teceduras e interfaces possíveis. Fortaleza: EdUECE, 2014. 324 p. ISBN: 978-85-7826-260-0.
14. PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia*: pertencimento, corpo-dança afrodescendente e tradição oral africana na formação de professoras e professores –

- contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015. 253 p. ISBN: 978-85-7826-258-7.
15. SALES, José Albio Moreira de; SILVA, Bruno Miguel dos Santos Mendes da (Org.). *Arte, tecnologia e poéticas contemporâneas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 421 p. ISBN: 978-85-7826-262-4.
 16. LEITE, Raimundo Hélio (Org.). *Avaliação: um caminho para o descortinar de novos conhecimentos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 345 p. ISBN: 978-85-7826-261-7.
 17. CASTRO FILHO, José Aires de; SILVA, Maria Auricélia da; MAIA, Dennys Leite (Org.). *Lições do projeto um computador por aluno: estudos e pesquisas no contexto da escola pública*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 330 p. ISBN: 978-85-7826-266-2.
 18. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Lopes de (Org.). *Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. 269 p.
 19. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CACAU, Josabete Bezerra (Org.). *Juventudes e políticas públicas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 247 p. ISBN: 978-85-7826-298-3.
 20. LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (Org.). *Didática e prática de ensino na relação com a escola*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 245 p. ISBN: 978-85-7826-296-9.
 21. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de (Org.). *Didática e prática de ensino na relação com a formação de professores*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 145 p. ISBN: 978-85-7826-293-8.
 22. SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias (Org.). *Didática e prática de ensino na relação com a sociedade*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 213 p. ISBN: 978-85-7826-294-5.
 23. CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena (Org.). *Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola, a formação de professores e a sociedade*. EdUECE, 2015. 257 p. ISBN: 978-85-7826-295-2.
 24. VASCONCELOS, José Gerardo; RODRIGUES, Rui Martinho; ALBUQUERQUE, José Cândido Lustosa Bittencourt de (Org.). *Contratualismo, política e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 73 p. ISBN: 978-85-7826-297-6.
 25. XAVIER, Antônio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade; FIALHO, Lia Machado Fiuza (Org.). *Administração pública: desafios contemporâneos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 181 p.
 26. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; CASTRO, Jéssyca Lages de Carvalho (Org.). *(Auto)Biografias e formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 229 p. ISBN: 978-85-7826-271-6.
 27. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; MARTINHO RODRIGUES, Rui (Org.). *História, literatura e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 299 p. ISBN: 978-85-7826-273-0.
 28. MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (Org.). *Ensino & linguagens da História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 371 p. ISBN: 978-85-7826-274-7.

29. NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos; VASCONCELOS, Larissa Meira de (Org.). *Diálogos sobre Gênero, Cultura e História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 175 p. ISBN: 978-85-7826-213-6.
30. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (Org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade II*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 471 p. ISBN: 978-85-8126-094-5.
31. MARINHO, Maria Assunção de Lima; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Org.). *Economia, políticas sociais e educação: tecendo diálogos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-317-1.
32. FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACIEL, Francisco Cristiano Góes (Org.). *Polifonia em juventudes*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 234 p. ISBN: 978-85-7826-299-0.
33. SANTANA, José Rogério; BRANDENBURG, Cristine; MOTA, Bruna Germana Nunes; FREITAS, Munique de Souza; RIBEIRO, Júlio Wilson (Org.). *Educação e métodos digitais: uma abordagem em ensino contemporâneo em pesquisa*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 214 p. ISBN: 978-85-7826-318-8.
34. OLINDA, Ercília Maria Braga de; SILVA, Adriana Maria Simião da (Org.). *Vidas em romaria*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 438 p. ISBN: 978-85-7826-380-5.
35. SILVA JÚNIOR, Roberto da (Org.). *Educação brasileira e suas interfaces*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 158 p. ISBN: 978-85-7826-379-9.
36. MALOMALO, Bas'Illele; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain (Org.). *Cá e acolá: pesquisa e prática no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 238 p.
37. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente "infra-tor" no Brasil: breve contextualização histórica*. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2016. 112 p. ISBN: 978-85-7826-337-9.
38. MARQUES, Janote Pires; FONSECA, Emanuelle Oliveira da; VASCONCELOS, Karla Colares (Org.). *Formação de professores: pesquisas, experiências e reflexões*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-407-9.
39. SILVA, Henrique Barbosa; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; CARVALHO, Alanna Oliveira Pereira (Org.). *A democratização da gestão educacional: criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 144 p. ISBN: 978-85-7826-367-6.
40. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; OLIVEIRA, Roberta Lúcia Santos de (Org.). *Estudos em educação: formação, gestão e prática docente*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-433-8.
41. SILVA JÚNIOR, Roberto da; SILVA, Dogival Alencar da (Org.). *História, políticas públicas e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 183 p. ISBN: 978-85-7826-435-2.
42. VASCONCELOS, José Gerardo; ARAÚJO, Marta Maria de (Org.). *Narrativas de mulheres educadoras militantes no contexto autoritário brasileiro (1964-1979)*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 104 p. ISBN: 978-85-7826-436-9.
43. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (Org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade III*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 456 p. ISBN: 978-85-7826-437-6.
44. PORTO, José Hélcio Alves. *Escritos: do hoje & sempre poesias para todos momentos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 124 p. ISBN: 978-85-7826-438-3.
45. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues; BRANDENBURG, Cristine (Org.). *Educação, memórias e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 179 p. ISBN: 978-85-7826-452-9.

46. FIALHO, Lia Machado Fiuza; TELES, Mary Anne (Org.). *Juventudes em debate*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 355 p. ISBN: 978-85-7826-453-6.
47. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAINAC, Mônica Duarte (Org.). *Educação em debate*: reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil. Fortaleza: EdUECE, 2016. 243 p. ISBN: 978-85-7826-463-5.
48. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima (Org.). *As voltas da avaliação educacional em múltiplos caminhos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-464-2.
49. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; MARTINS, Elcimar Simão (Org.). *Ensino médio*: políticas educacionais, diversidades, contextos locais. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-462-8.
50. NUNES, Maria Lúcia da Silva; TEIXEIRA, Mariana Marques; MACHADO, Charliton José dos Santos; ROCHA, Samuel Rodrigues da (Org.). *Eu conto, você conta*: leituras e pesquisas (auto)biográficas. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-506-9.
51. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Diálogos transdisciplinares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 142 p. ISBN: 978-85-7826-505-2.
52. VASCONCELOS, José Gerardo; XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva (Org.). *História, memória e narrativas biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 191 p. ISBN: 978-85-7826-538-0.
53. SANTOS, Patricia Fernanda da Costa; SENA, Flávia Sousa de; GONÇALVES, Luiz Gonzaga; FURTADO, Quezia Vila Flor (Org.). *Memórias escolares*: quebrando o silêncio... Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-537-3.
54. CARVALHO, Scarlett O'hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo. *O pedagogo na Assistência Social*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 122 p. ISBN: 978-85-7826-536-6.
55. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues (Org.). *Docência e formação*: percursos e narrativas. Fortaleza: EdUECE, 2017. 198 p. ISBN: 978-85-7826-551-9.
56. LEITE, Raimundo Hélio; ARAÚJO, Karlane Holanda; SILVA, Lucas Melgaço da (Org.). *Avaliação educacional*: estudos e práticas institucionais de políticas de eficácia. Fortaleza: EdUECE, 2017. 242 p. ISBN: 978-85-7826-554-0.
57. CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; SILVA, Lucas Melgaço da; ARAÚJO, Karlane Holanda (Org.). *Avaliação da aprendizagem*: a pluralidade de práticas e suas implicações na educação. Fortaleza: EdUECE, 2017. 380 p. ISBN: 978-85-7826-553-3.
58. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares (Org.). *Pesquisa em ensino e interdisciplinaridades*: aproximações com o contexto escolar. Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-560-01.
59. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (Org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade IV*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 346 p. ISBN: 978-85-7826-563-2.
60. MUNIZ, Cellina Rodrigues (Org.). *Linguagens do riso, práticas discursivas do humor*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 186 p. ISBN: 978-85-7826-555-7.
61. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Talvez em nome do povo... Uma legitimidade peculiar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-562-5.
62. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Política, Identidade, Educação e História*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 172 p. ISBN: 978-85-7826-564-9.

63. OLINDA, Ercília Maria Braga de; GOLDBERG, Luciane Germano (Org.). *Pesquisa (auto)biográfica em Educação*: afetos e (trans)formações. Fortaleza: EdUECE, 2017. 445 p. ISBN: 978-85-7826-574-8.
64. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *O desafio do conhecimento histórico*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 130 p. ISBN: 978-85-7826-575-5.
65. RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; FAÇANHA, Cristina Soares; COELHO, Tâmara Maria Bezerra Costa (Org.). *Costurando histórias*: conceitos, cartas e contos. Fortaleza: EdUECE, 2017. 182 p. ISBN: 978-85-7826-561-8.
66. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da; SILVA, Jáderson Cavalcante da (Org.). *Interface entre Educação, Educação Física e Saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 211 p. ISBN: 978-85-7826-576-2.
67. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; JARDILINO, José Rubens Lima; SILVESTRE, Magali Aparecida; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de (Org.). *Pesquisa em Rede*: diálogos de formação em contextos coletivos de conhecimento. Fortaleza: EdUECE, 2018. 171 p. ISBN: 978-85-7826-577-9.
68. MOREIRA, Eugênio Eduardo Pimentel; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; MARQUES, Cláudio de Albuquerque (Autores). *Implantação e atuação do Sistema de Monitoramento e avaliação do Programa Seguro-Desemprego*: estudo de caso. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-591-5.
69. XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camila Saraiva de (Org.). *Pesquisas educacionais*: abordagens teórico-metodológicas. Fortaleza: EdUECE, 2017. 271 p. ISBN: 978-85-7826-602-8.
70. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; COSTA, Hercilene Maria e Silva (Org.). *Entrelugares*: Tecidos Sociopoéticos em Revista. Fortaleza: EdUECE, 2017. 273 p. ISBN: 978-85-7826-628-8.
71. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (Org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha*: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-637-0.
72. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (Org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha*: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-638-7 (E-book).
73. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba*: confetes sobre o riso e o corpo na educação em movimento. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-639-4.
74. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba*: confetes sobre o riso e o corpo na educação em movimento. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-640-0 (E-book).
75. SILVA, Kricia de Sousa. *"Manobras" sociopoéticas*: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-641-7.
76. SILVA, Kricia de Sousa. *"Manobras" sociopoéticas*: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-636-3 (E-book).
77. VIEIRA, Maria Dolores dos Santos. *Entre acordes das relações de gênero*: a Orquestra Jovem da Escola "Padre Luis de Castro Brasileiro" em União-Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 247 p. ISBN: 978-85-7826-647-9.
78. XAVIER, Antônio Roberto; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo (Autores). *História, memória e educação*: aspectos conceituais e

- teórico-epistemológicos. Fortaleza: EdUECE, 2018. 193 p. ISBN: 978-85-7826-648-6.
79. MACHADO, Charliton José dos Santos (Org.). *Desafios da escrita biográfica: experiências de pesquisas*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-654-7.
80. MACHADO, Charliton José dos Santos (Org.). *Desafios da escrita biográfica: experiências de pesquisas*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-653-0 (E-book).
81. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-651-6.
82. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-652-3 (E-book).
83. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-650-9.
84. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-649-3 (E-book).
85. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-664-6.
86. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-662-2 (E-book).
87. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (Org.). *Gênero e cultura: questões políticas, históricas e educacionais*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 281 p. ISBN: 978-85-7826-673-8.
88. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (Org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
89. DAMASCENO, MARIA NOBRE. *Lições da Pedagogia de Jesus: amor, ensino e justiça*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 119 p. ISBN: 978-85-7826-689-9.
90. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-690-5.
91. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-691-2 (E-book).
92. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Autores). *Tudo azul com dona Neuza: Poder e Disputa Local em 1968*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 141 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
93. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (Org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-671-4 (E-book).
94. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-702-5.
95. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-703-2 (E-book).

96. LEITINHO, Meirecele Caliope; DIAS, Ana Maria Iorio (Org.). *Discutindo o pensamento curricular: processos formativos*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 203 p. ISBN: 978-85-7826-701-8.
97. BEZERRA, Milena de Holanda Oliveira; GADELHA, Raimunda Rosilene Magalhães; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos; FERREIRA, Paulo Jorge de Oliveira (Org.). *Educação e saúde: vivendo e trocando experiências no Programa de Educação pelo Trabalho (PET)*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 233 p. ISBN: 978-85-7826-713-1 (E-book).
98. SUCUPIRA, Tânia Gorayeb; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO; Lia Machado Fiuzza. *Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: memórias, histórias e práticas educativas*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 151 p. ISBN: 978-85-7826-687-5.
99. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (Org.). *Debates em História da Educação e Formação de Professores: perspectivas da educação contemporânea*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 300 p. ISBN: 978-85-7826-724-7 (E-book).
100. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocysana Cavalcante da (Org.). *Práticas de ensino: semeando produções científicas parceiras*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 179 p. ISBN: 978-85-7826-725-4.
101. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (Org.). *Exercício da escrita (auto)biográfica*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 398 p. ISBN: 978-85-7826-723-0 (E-book).
102. SILVA; Adryel Vieira Caetano da; NASCIMENTO; Jordana Marjorie Barbosa do; VIEIRA, Livia Moreira Lima; LOPES, Thaynara Ferreira; CARVALHO, Rhanna Emanuela Fontenele Lima de (Org.). *25 Anos de PET Enfermagem: uma trajetória de pesquisa, conhecimento e promoção de saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 215 p. ISBN: 978-85-7826-745-2 (E-book).
103. SILVA, Maria do Socorro Borges da. *De “mulher-maravilha” a “cidadão persi”*: professoras capulana do educar em direitos humanos. Fortaleza: EdUECE, 2019. 109 p. ISBN: 978-85-7826-753-7.
104. COSTA, Hercilene Maria e Silva; ADAD, Shara Jane Holanda Costa (Org.). *Círculo de cultura sociopoético: diálogos com Paulo Freire sempre!*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 190 p. ISBN: 978-85-7826-741-4 (E-book).
105. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (Org.). *Letramentos e suas Múltiplas Faces: experiências do PIBID na UFAL*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p.
106. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (Org.). *Pedagogia do Trabalho: a atuação do pedagogo na educação profissional*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-774-2.
107. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (Org.). *Pedagogia do Trabalho: a atuação do pedagogo na educação profissional*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-775-9 (E-book).
108. LEITE, Luciana de Lima Lopes. *Ocupar é resistir! Práticas artísticas como tática de resistência nas ocupações do coletivo ocupArthe, em Teresina (2014)*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 266 p. ISBN: 978-85-7826-779-7 (E-book).

109. GOMES, Wagner. *Ensino de História e interdisciplinaridade: reflexões epistemológicas*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 185 p. ISBN: 979-65-86445-00-8. (E-book).
110. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (Org.). *Letramentos e suas Múltiplas Faces: experiências do PIBID na UFAL*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p. ISBN: 978-65-86445-05-3. (E-book)..
111. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenia Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (Org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 411 p. Isbn: 978-65-86445-01-5.
112. NUNES, Maria Lúcia da Silva (Org.). *Paisagens da história da educação: memórias, imprensa e literatura*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 216 p. ISBN: 978-65-86445-07-7.
113. MORAES, Ana Cristina de; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas (Org.). *Arte, docência e práticas educativas: experiências e contextos*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 656 p. ISBN: 978-65-86445-25-1. (E-book).
114. SILVA, Maria do Socorro Borges da; FARIAS, Emerson de Souza. *Educação e direitos humanos de crianças e adolescentes*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 110 p. ISBN: 978-65-86445-29-9 (E-book).
115. VIANA, Patrícia Ferreira de Sousa; ADAD, Shara Jane Holanda Costa. *A sociopoética como inovação metodológica na pesquisa em saúde bucal coletiva, com jovens em formação*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 186 p. ISBN: 978-65-86445-34-3. (E-book).
116. OLINDA, Ercília Maria Braga de; PAZ, Renata Marinho (Org.). *Narrativas autobiográficas e religiosidade*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 421 p. ISBN: 978-65-86445-43-5. (E-book).
117. ARAÚJO, Conceição de Maria Sousa. *Ensinar e aprender filosofia numa perspectiva ética*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 236 p. ISBN: 978-65-86445-48-0. (E-book).
118. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-55-8 (E-book).